

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE - FEAAC**

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**PROGRESSO INDUSTRIAL E CRESCIMENTO
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS
ECONOMIAS BRASILEIRA E SUL-COREANA NAS
DÉCADAS DE 1960 A 1990**

**MICHAEL PARENTE DAMASCENO
GRADUANDO**

FORTALEZA, 11 DE DEZEMBRO DE 2000. 2

**PROGRESSO INDUSTRIAL E CRESCIMENTO
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS
ECONOMIAS BRASILEIRA E SUL-COREANA NAS
DÉCADAS DE 1960 A 1990**

**MICHAEL PARENTE DAMASCENO
GRADUANDO**

**FERNANDO J. PIRES DE SOUSA
ORIENTADOR**

**Monografia apresentada à Faculdade
de Economia, Administração, Atuária
e Contabilidade, para obtenção do
grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.**

**FORTALEZA – CE
2000**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte de requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

	Média
<hr/> <p>MICHAEL PARENTE DAMASCENO Graduando</p>	<hr/> <p>7,5</p>
<hr/> <p>FERNANDO J. PIRES DE SOUSA Prof. Orientador</p>	<hr/> <p>Nota</p>
<hr/> <p>AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA Membro da Banca Examinadora</p>	<hr/> <p>Nota</p>
<hr/> <p>SANDRA MARIA DOS SANTOS Membro da Banca Examinadora</p>	<hr/> <p>Nota</p>

Monografia aprovada em de 11 de dezembro de 2000.

À minha mãe, **Nágela Parente Damasceno**,
por ter me acompanhado em cada prova, cada
trabalho e, sempre ao meu lado, me ajudado a
superar todos os obstáculos enfrentados ao longo
destes anos. Por todos os sacrifícios lhe dedico
este trabalho e o meu mais sincero amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

À **Deus**, por sempre ter confortado meu coração nos momentos mais difíceis, por ter me dado esperança, força, amor, determinação e, finalmente, a certeza de que sempre esteve e sempre estará ao meu lado.

Aos meus pais, **Luiz Nelson Damasceno Peixoto e Nágela Parente Damasceno**, por todo o amor, paciência, dedicação e apoio a mim dispensados.

À minha irmã, **Nagilane Parente Damasceno**, pelos conselhos e momentos de descontração e amizade.

Aos meus avós, **Manoelito Peixoto (em memória), Margarida Damasceno Peixoto, Francisco Ramos Cavalcante e Maria Parente Cavalcante (em memória)**, por todo incentivo, amor e dedicação.

À minha noiva, **Adriana Maria de Castro Vieira**, por todo amor, confiança e dedicação.

Aos meus tios, **Francisco César Damasceno Peixoto e Maria Gehovanda Damasceno Peixoto Maldonado**, pela lembrança, apoio e incentivo.

Ao Professor **Fernando J. Pires de Sousa**, por toda atenção, amizade, paciência, orientação e incentivo oferecidos ao longo deste trabalho.

Aos Professores **Aécio Alves de Oliveira e Sandra Maria dos Santos**, por terem composto a banca examinadora e por terem contribuído diretamente na minha formação universitária.

Aos amigos **Washington de Araújo Rodrigues, Davi Azim Filho e Marlio Davi Alves Ferreira**, por toda cooperação a mim dispensada e pelos hilários momentos proporcionados ao longo de toda a vida acadêmica.

A todos que me acompanharam e contribuíram em minha formação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Aspectos metodológicos.....	3
1. Súbita industrialização e crescimento econômico: o caso sul-coreano (décadas de 1960 a 1990)	6
1.1. Breve histórico.....	6
1.2. O processo de crescimento econômico na década de 60.....	8
1.2.1. Análise dos fatores determinantes da evolução econômica.....	10
1.3. O processo de crescimento econômico na década de 70.....	11
1.3.1. Análise dos fatores determinantes da evolução econômica.....	15
1.4. O processo de crescimento econômico na década de 80.....	18
1.4.1. Análise dos fatores determinantes da evolução econômica.....	19
1.5. O processo de crescimento econômico sul-coreano: síntese do período.....	23
2. A industrialização e o processo de crescimento econômico: o caso brasileiro (décadas de 1960 a 1990).....	27
2.1. Breve histórico.....	27
2.2. O processo de crescimento econômico na década de 60.....	33
2.2.1. Análise dos fatores determinantes da evolução econômica.....	36
2.3. O processo de crescimento econômico na década de 70.....	40
2.3.1. Análise dos fatores determinantes da evolução econômica.....	43
2.4. O processo de crescimento econômico na década de 80.....	46
2.4.1. Análise dos fatores determinantes da evolução econômica.....	49
2.5. O processo de crescimento econômico sul-coreano: síntese do período.....	52
3. As economias brasileira e sul-coreana nos anos 90: breve análise e comparação dos resultados auferidos.....	57
3.1. A economia sul-coreana: crescimento, estagnação e recuperação pós-crise.....	57
3.2. O Brasil em um contexto de crise.....	61
3.3. Brasil X Coréia do Sul: uma análise comparativa.....	68
3.3.1. O processo de desenvolvimento industrial.....	68
3.3.2. A participação dos investimentos.....	70
3.3.3. A atuação do governo.....	71
3.3.3. A participação no comércio internacional.....	73
CONCLUSÃO.....	76
BIBLIOGRAFIA.....	79

INTRODUÇÃO

O Brasil vem sendo caracterizado nas últimas décadas por ciclos de crescimento de sua economia, isto é, por períodos em que se verifica a aceleração e contração de sua atividade econômica. A partir do final da década de 60 e início dos anos 70 este país passou a apresentar elevadas taxas de crescimento econômico, devido a um rápido processo de industrialização (que teve suas raízes no programa de substituição de importações), o que veio a caracterizar o chamado “Milagre Econômico Brasileiro”. Porém, este rápido e elevado crescimento não se prolongou ao longo das demais décadas.

Ao entrar nos anos 80 a economia brasileira já não apresentava o mesmo dinamismo, tendo em vista que não se observa a presença das elevadas taxas de crescimento econômico, típicas dos anos anteriores. É dentro deste contexto que se pode caracterizar a chamada “Década Perdida”, período assinalado por uma baixa taxa de crescimento do produto, pela escassez de financiamentos externos, por uma elevada instabilidade econômica (tendo em vista as elevadas taxas de inflação que assolaram o país desde então) e, finalmente, pela incapacidade do Estado em continuar a financiar o processo de crescimento econômico.

Tal conjuntura levou o Brasil a ingressar nos anos 90 com dificuldades de toda ordem, de forma que sua economia chegou a apresentar um desempenho negativo nos primeiros anos da década. Além disso, seu parque industrial estava, em grande medida, defasado tecnologicamente e, conseqüentemente, com dificuldades de inserir-se competitivamente no processo de globalização comercial e financeira.

Já a Coréia do Sul, por outro lado, alcançou um crescimento econômico de longo prazo, auto-sustentado, capaz de elevar o padrão de vida da população do país. Essa estratégia de crescimento era centrada na substituição de importações, porém tinha como base a elevação das exportações, visando arrecadar as divisas necessárias para auxiliar no financiamento das importações dos bens de capital, imprescindíveis para dar suporte a sua industrialização e, posteriormente, ao seu processo de crescimento econômico.

Outro fator fundamental consistiu na atenção dada à qualificação da população, ou seja, aos pesados investimentos destinados a área educacional. T tamanha atenção pode ser explicada pela preocupação que tinha o governo sul-coreano em absorver as tecnologias dos seus parceiros comerciais (através das transferências tecnológicas) e, para tanto, tornava-se imprescindível a acumulação de capital humano, pois uma mão-de-obra desqualificada não poderia dar suporte a este processo de transferência tecnológica. Vale, portanto, destacar os elevados investimentos

em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), fator chave para dar sustentabilidade à indústria sul-coreana e ao conseqüente processo de crescimento econômico deste país.

Dessa forma, segundo dados do Banco Mundial, para o período de 1980 a 1993 a taxa média de crescimento do PNB per capita foi de 8,2% ao ano no caso sul-coreano, contra apenas 0,3% ao ano para o Brasil. Assim, em 1993, o PNB per capita sul-coreano situava-se em US\$ 7.660, e o brasileiro em US\$ 2.930. Outro dado importante é o que se refere à taxa média de crescimento anual da indústria entre 1980/1993, que atingiu 12,1% na Coréia do Sul e 0,7% no Brasil. A taxa de analfabetismo entre adultos na Coréia do Sul situava-se abaixo de 5%, ao passo que no Brasil estava em 19% (BANCO MUNDIAL, 1994).

Tendo-se em vista tais informações pode-se verificar o relativo sucesso alcançado pela economia sul-coreana devido as políticas adotadas. O PNB per capita vem nos mostrar que o padrão de vida da população sul-coreana vem aumentando progressivamente, ou seja, que a população desse país vem elevando seu bem-estar no decorrer dos anos, ao passo que, no Brasil, a população praticamente desconheceu melhorias em seu padrão de vida no período citado (1980/1993).

No que diz respeito ao desenvolvimento industrial e à evolução educacional observa-se que, no caso da Coréia do Sul, as duas estão entrelaçadas pelo fato da qualificação da população, aliada a P&D e ao processo de transferência tecnológica, ter dado suporte a indústria nascente. No caso brasileiro, constata-se a dificuldade do país em, pelo menos a curto prazo, retomar seu crescimento econômico.

O período em análise (décadas de 60 a 90) foi escolhido tendo em vista a coincidência entre o impulso verificado no processo de crescimento econômico brasileiro, embalado pelo "Milagre Brasileiro", e o início do processo de crescimento econômico sul-coreano. A opção pelo contraponto entre Brasil e Coréia do Sul se deu devido as diferentes orientações dadas às estratégias de industrialização adotadas e, conseqüentemente, aos rumos distintos seguidos pelos dois países, no que se refere a trajetória de seus respectivos processos de industrialização e crescimento econômico.

Esta análise torna-se pertinente na medida em que permite visualizar alguns dos principais entraves ao desenvolvimento econômico brasileiro, além de possibilitar entender as causas que levaram ao fraco desempenho de sua economia nas duas últimas décadas e, analogamente, verificar quais os fatores que levaram a Coréia do Sul a caminhar rumo a um processo de crescimento econômico auto-sustentado.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste trabalho constituiu-se em pesquisa, fundamentada na análise de regressão. As regressões foram calculadas para períodos decenais, para cada país e, finalmente, para cada variável isoladamente, onde procura-se observar os impactos das variáveis independentes (investimento, participação do governo e volume de comércio internacional) sobre a variável dependente (taxa de crescimento do PIB per capita).

Utilizou-se regressão simples na maior parte do período, com exceção dos anos 70, em que sua influência foi calculada em conjunto – através de uma regressão múltipla – devido a discrepância dos resultados para o cálculo isolado de cada variável). As regressões estão estruturadas da seguinte forma:

- Décadas de 60 e 80 (Regressão simples):

$$Y_t = a + \beta X_{t-1}, \text{ onde:}$$

Y = Taxa de crescimento do PIB per capita;
 β = Coeficiente da variável independente
 X = Variável independente; e
 t = Tempo (ano).

- Década de 70 (Regressão Múltipla):

$$Y_t = a + \beta X_{t-1} + fZ_{t-1} + jW_{t-1}, \text{ onde:}$$

Y = Taxa de crescimento do PIB per capita;
 β, f, j = Coeficientes das variáveis independentes;
 X, Z, W = Variáveis independentes; e
 t = Tempo (ano).

A opção por períodos decenais explica-se pelo fato de ter-se procurado uniformizar a análise para os dois países (Brasil e Coréia do Sul) e, dessa forma, enriquecer a comparação dos seus respectivos processos de industrialização e crescimento econômico, objetivo final deste trabalho.

Quanto ao critério de escolha das variáveis, a indisponibilidade de alguns dados relativos à Coréia do Sul fez com que a análise fosse centrada naquelas que possibilitassem a comparação entre os dois países. Dessa forma, buscou-se utilizar variáveis que, espera-se, proporcionam impactos positivos e significantes para o crescimento desses países. Portanto, foram três as variáveis selecionadas:

- Taxa de investimentos: consiste nos desembolsos para acréscimo dos haveres fixos da economia;

- Participação do governo: medida através do volume de gastos governamentais que, por sua vez, consiste nos dispêndios destinados a dar suporte ao crescimento do país; e
- Volume de comércio internacional: entendido como o grau do comércio de exportações(X) e importações(M) de um país como proporção de seu PIB $(X+M/ \text{PIB})$.

Quanto ao crescimento econômico, o mesmo foi medido através da taxa de crescimento do PIB per capita $(Y_i - Y_{i-1} / Y_{i-1})$, onde $Y = \text{PIB}$ e $i = \text{ano}$). A opção pela utilização desta variável deu-se pelo fato da mesma permitir a visualização da quantidade de produto disponível por habitante (PIB/População) e, dessa forma, possibilitar uma medição que melhor qualifica o processo de crescimento.

De forma complementar, utilizou-se algumas informações acerca da taxa de crescimento do consumo privado e do PIB por trabalhador (que possibilita uma medida aproximada da produtividade da mão-de-obra), procurando-se comprovar os efeitos da qualificação da força de trabalho na elevação da produtividade e no aumento do consumo privado, via crescimento dos salários.

O presente estudo tem como principal fonte de dados a tabela PWT-5.6, da Universidade da Pensilvânia, e informações fornecidas pelo Banco Mundial e FIBGE. Também através de pesquisa bibliográfica e de outras fontes secundárias procurou-se informações complementares para o enfoque da análise.

O trabalho em questão tem como objetivo principal proceder a uma análise comparativa dos dois países supracitados, procurando identificar as principais características acerca dos seus processos de acumulação nas décadas de 60 a 90, de forma que se possa confrontar os resultados alcançados por ambos os países, enfatizando as principais diferenças e pontos de estrangulamento entre os mesmos.

O trabalho está dividido em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo trata da análise do processo de crescimento econômico sul-coreano, concomitantemente com seu processo de industrialização, durante as décadas de 60 a 80, e visa identificar quais foram os elementos responsáveis pelo relativo sucesso alcançado por este país.

O segundo capítulo realiza uma análise dos processos de industrialização e de crescimento econômico brasileiro (para o mesmo período acima referido) visando, desta forma, identificar as especificidades dos mesmos e as causas de seu relativo fracasso. O terceiro e

último capítulo faz uma breve apreciação da situação conjuntural das duas economias no contexto dos anos 90, além de proceder a uma análise comparativa de ambas.

1. SÚBITA INDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO: O CASO SUL-COREANO (DÉCADAS DE 1960 A 1980)

A Coréia do Sul é um dos integrantes do grupo de países denominados “Tigres Asiáticos”¹. É assim designada por ter apresentado um rápido e elevado processo de crescimento econômico, concomitante com sua industrialização, o que fez com que a economia se projetasse vigorosamente nos mercados de exportação mundial. A discussão que se segue enfatiza esse processo de crescimento econômico e visa identificar as variáveis que mais o influenciaram, ao ponto de fazer com que a renda per capita desse país se elevasse de US\$ 899² em 1960 para US\$ 6686³ em 1990, e que uma sociedade de estrutura predominantemente agrária dos anos 40 atingisse rapidamente a maturidade econômica e se transformasse em uma nação industrializada.

1.1. BREVE HISTÓRICO (1900-1959)

A Coréia é uma península localizada ao norte do Leste Asiático. Sendo inicialmente dominada pela China (que venceu a guerra contra o Japão com o apoio da Rússia), herdou princípios políticos e culturais deste país até que, em 1910, com a vitória japonesa frente a Rússia, foi anexada ao Japão, passando a condição de colônia fornecedora de produtos primários e semi-processados daquele país.

Essa situação se estendeu até a derrota japonesa, na Segunda Guerra Mundial, e a conseqüente expulsão dos mesmos do território sul-coreano em 1945. A partir de então a Coréia passou a ser ocupada pela União Soviética, ao norte, e pelos Estados Unidos da América, ao sul.

“Sob o pretexto de facilitar o processo de democratização, instala-se no sul o Governo Militar Americano (GMA) tutelando o país de 1945 a 1948, tendo nesse ano entregue o governo e os ativos industriais a um regime civil, sob o comando de Rhee, ex-exilado político. Rhee, pressionado pelos americanos, promove uma ampla reforma agrária, eliminando a classe dos grandes proprietários de terra em 1949” (SICSÚ, 1989, p.129).

Neste contexto, os ataques das tropas norte-coreanas tornaram-se cada vez mais freqüentes e, em 1950, devido a tentativas de aproximação das duas coréias, ocorre uma guerra

1. Tigres Asiáticos: Denominação dada aos países do sudeste asiático (Cingapura, Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong) que apresentaram elevados índices de crescimento econômico a partir da década de 60.

2. Dados colhidos na Penn World Tables Mark 5.6.

3. Idem 2.

civil de grandes proporções, com o envolvimento dos EUA e da China. Esta guerra prolongou-se por três anos e acabou resultando em uma divisão formal do território coreano em duas partes: a Coreia do Norte, que adotou os preceitos comunistas, e a Coreia do Sul (objeto de nosso estudo), que introduziu os fundamentos capitalistas.

A década de 50 constituiu-se num período de crise para a economia sul-coreana. Isso se deu porque o país encontrava-se em processo de descolonização, completamente devastado pela guerra e, sobretudo, era incapaz de prover a subsistência de grande parte da população, dependendo inteiramente de subsídios externos, principalmente norte-americanos. Além disso, a economia apresentava elevadas taxas de inflação, o que vinha a caracterizar sua instabilidade econômica.

Visando a estabilização da economia, o governo sul-coreano deu início a uma política de controle de preços utilizando-se, para tanto, da contenção da oferta monetária e do controle dos gastos públicos⁴. Além disso, procurou elevar a importação de alimentos – incentivada pela ajuda financeira externa – com o intuito de manter estáveis os preços desses produtos e, assim, romper com o círculo vicioso da inflação.

Ao mesmo tempo em que tentava atingir a estabilização econômica o governo sul-coreano buscava atrair um elevado montante de ajuda financeira e militar, bem como dava início à uma estratégia de substituição de importações - centrada em indústrias-chave - praticando uma política altamente protecionista, que visava a todo custo fomentar a sua incipiente indústria, seja através da criação de barreiras à entrada de produtores estrangeiros, seja através da concessão de incentivos fiscais.

Outro ponto que passou a ser incentivado ainda nesta década foi a educação, pois o analfabetismo alcançava nada menos que "... 78% da população ..." (SICSÚ, 1989, p.131). Porém, apesar desse grande índice de analfabetismo, a Coreia do Sul se beneficiou do processo de "learning by doing" ⁵ (junto as subsidiárias japonesas instaladas no país no período de 1910 a 1945), o que veio a assegurar a mão-de-obra necessária para dar prosseguimento a estratégia de substituição de importações.

Em 1957 a inflação foi controlada e os projetos de ajuda para reconstrução foram normalizados (SOUZA, 1997, p.375). " O principal fator da estabilização de preços teria sido as importações de alimentos, proporcionadas pela ajuda externa. Da mesma forma, a indústria

4. Medidas macroeconômicas comumente utilizadas para redução do nível de liquidez da economia.

5. Significa aprender fazendo, ou seja, processo no qual o aprendizado se concretiza com a prática.

sul-coreana, que recuperou seu nível de antes da guerra, em três anos, assim como a infraestrutura, cresceu de modo acelerado graças à ajuda norte-americana e japonesa” (TAE *apud* SOUZA, 1993, p.375).

Vale ressaltar o elevado e rápido processo de privatização ocorrido de 1945 até fins da década de 50. Este processo fez com que grande número das maiores empresas sul-coreanas fossem privatizadas em benefício de alguns grupos ligados ao governo norte-americano, além de contribuir para a formação da incipiente burguesia industrial sul-coreana.

Em 1960 a legitimidade do governo de Rhee passa a ser questionada e inicia-se uma série de manifestações sociais, tendo seu apogeu com a revolução estudantil (1960) e com o golpe militar (1961), que posteriormente vem instaurar o governo militar do General Park Chung Hee (SICSÚ, 1989, p.133).

1.2. O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 60

No início da década de 60 o governo do Gen. Park Chung Hee elege o desenvolvimento econômico como meta prioritária de seu regime. A partir de então, passa a realizar reformas no âmbito fiscal e monetário com o intuito de estabelecer uma imagem positiva da Coreia do Sul perante os demais países do globo, na tentativa de elevar o influxo de capitais no país.

Dessa forma, o crescimento econômico deste país passa a se concretizar a partir da década de 60, através da industrialização, acompanhado de uma forte ideologia desenvolvimentista que buscava, a todo custo, alcançar as nações desenvolvidas através da promoção de um crescimento econômico auto-sustentado.

A industrialização prosseguiu com o incentivo do governo à formação de grandes conglomerados industriais, os Chaebols ⁶. Tais conglomerados eram amplamente apoiados pelo Estado, que participava ativamente de sua formação e evolução, ou seja, como fomentador do progresso industrial, seja através de incentivos fiscais e creditícios, seja orientando a entrada ou saída de novas empresas. Além disso, o governo procurou dar continuidade a sua estratégia de substituição de importações, incentivando primeiramente as indústrias-chave e, posteriormente, os setores produtores de bens intermediários, bens de capital e automóveis.

6. Chaebols: “Conglomerados altamente diversificados e ‘idiossincráticos’, os Chaebols dominaram a economia coreana nesse período de rápido crescimento econômico “ (Singh. 1997, p.25).

Paralelamente ao processo de industrialização substitutiva de importações, passou a incentivar as exportações, visando auferir economias de escala, para garantir mercado para uma grande parte de seus produtos – tendo em vista o seu incipiente mercado interno – e arrecadar as divisas necessárias para garantir o andamento do processo de industrialização sul-coreana, já que a relativa escassez de recursos naturais aliada a baixa produtividade da agricultura não eram capazes de financiar a industrialização do país.

Outro ponto fundamental diz respeito ao tipo de industrialização que estamos evidenciando. De início a mesma baseou-se em atividades manufatureiras que não exigiam economias de escala e eram baseadas em baixo conteúdo tecnológico, intensivas em mão-de-obra farta e barata. Posteriormente baseou-se em economias de escala, intensivas em tecnologia, de maneira que seu desenrolar só poderia se dar através de captação de tecnologia no exterior, ou seja, importando-se tecnologia.

Portanto, ainda não estava endogeneizado na economia o motor do crescimento econômico, ou seja, o progresso tecnológico. Isso porque "... a fonte geradora de crescimento econômico é a inovação tecnológica, capacidade inventiva. Empresários na busca de lucros estão sempre criando novas idéias, a verdadeira força conducente do progresso técnico" (SENA, 1999,p.5E). Mas, como dito anteriormente, a Coreia do Sul apresentava uma população, em sua grande maioria, analfabeta, o que dificultava a absorção de novas tecnologias e a capacidade de geração de inovações tecnológicas.

Essa carência levou o governo sul-coreano a investir maciçamente em educação (com vistas a reduzir o elevado índice de analfabetismo que assolava o país, e a qualificar a mão-de-obra necessária para dar suporte a indústria emergente), em infra-estrutura e, sobretudo, em pesquisa e desenvolvimento. Sendo assim, os investimentos na área educacional além de proporcionarem a qualificação da mão-de-obra, que progressivamente foi tornando-se capaz de dar suporte ao paradigma tecnológico que se fazia presente no país, contribuíram para elevar o padrão de vida da população sul-coreana.

Vale ressaltar que, além de todos os incentivos concedidos à indústria – tanto diretamente quanto indiretamente – , o governo sul-coreano foi altamente protecionista, tendo em vista sua intenção de manter os conglomerados sob controle nacional, e a fragilidade do seu parque industrial, que ainda não se via em condições de enfrentar a acirrada concorrência das multinacionais.

Dando continuidade a seu processo de abertura ao comércio internacional, o governo da Coréia estabeleceu relações estratégicas com o Japão e os Estados Unidos da América, com o intuito de obter ajuda financeira e extrair o suporte tecnológico necessário para tornar suas indústrias mais competitivas internacionalmente.

1.2.1. ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA

A tabela a seguir nos mostra os indicadores de crescimento da economia sul-coreana. Sua análise será realizada tanto com base na comparação entre a taxa de crescimento⁷ do PIB per capita - aqui entendida como o principal indicador de crescimento da economia - e as variáveis investimento, participação do governo e volume do comércio internacional⁸ (em percentagem do PIB), como também pelo cálculo de regressões pelo método dos mínimos quadrados ordinários, visando-se evidenciar a influência de cada uma dessas variáveis no processo de crescimento econômico sul-coreano.

O primeiro ponto a ser analisado é a taxa de investimentos, que consiste nos desembolsos para acréscimos dos haveres fixos da economia. Podemos inicialmente afirmar que os investimentos realizados na Coréia do Sul favoreceram o crescimento do PIB per capita. Isso pode ser observado quando comparamos a tendência ascendente desta variável com a progressiva elevação do volume dos investimentos.

Isso pode ser comprovado através da análise e regressão (quadro 1.1) que nos mostra a contribuição da taxa de investimentos no crescimento do PIB per capita sul-coreano. De acordo com os resultados, a variável exploratória (taxa de investimentos) é significativa⁹ para explicar o crescimento da variável dependente (taxa de crescimento do PIB per capita), bem como relacionou-se positivamente¹⁰ com o crescimento da mesma ao longo desta década.

O segundo ponto a ser analisado refere-se à participação do governo na economia. Ao analisarmos a tabela podemos constatar a tendência declinante da mesma, ou seja, a redução da intervenção governamental na economia. Porém, apesar dessa redução em sua

7. A taxa de crescimento da economia é calculada da seguinte maneira: $Y_i = (Y_i - Y_{i-1}) / Y_{i-1}$, onde: Y = PIB per capita; e i = ano.

8. O volume do comércio internacional é aqui entendido como o grau do comércio de exportações e importações de um país. É medido pela soma das exportações e importações como razão do PIB.

9. A variável exploratória é significativa para explicar a variável dependente quando a estatística-t é maior ou igual a 1,3 ou menor ou igual a -1,3. (estatística-t $\geq 1,3$ ou estatística-t $\leq -1,3$).

10. A variável explanatória relaciona-se positivamente com a variável dependente quando o coeficiente(β) é positivo.

participação, o Estado atuou como importante agente do processo de crescimento econômico, seja diretamente, através de incentivos fiscais ou creditícios, seja indiretamente, através da qualificação da força de trabalho e da criação da infra-estrutura e das instituições necessárias para dar suporte ao emergente processo de industrialização.

TABELA 1.1
Indicadores de crescimento da economia sul-coreana (1960-1970)

Ano	População (em mil)	PIB per capita (US\$ de 1985)	Taxa de Crescimento do PIB per capita (em %)	Taxa de Investimento da Economia (% PIB)	Participação do Governo na Economia (% PIB)	PIB por Trabalhador (US\$ de 1985)	Volume do Comércio Internacional (% PIB)
1960	24756	899		7	16,1	2703	15,9
1961	25420	911	1,3	8,4	15,5	2724	20,1
1962	26097	921	1,1	8,1	15,2	2739	22,13
1963	26796	985	7,0	14,9	14,4	2896	20,87
1964	27514	1013	2,9	11	12,9	2980	19,79
1965	28421	1047	3,3	10,6	13,5	3055	24,65
1966	29146	1159	10,7	16,5	13,2	3340	30,74
1967	29835	1211	4,5	17,4	13,2	3463	33,67
1968	30531	1339	10,6	21	12,8	3791	38,42
1969	31233	1496	11,7	26,2	12,3	4101	38,97
1970	31923	1694	13,2	21,9	12,5	4699	37,92

Fonte: Penn World Table Mark 5.6 atualizada por Summers e Heston (1991) .

QUADRO 1.1

Coréia do Sul: Participação dos investimentos na taxa de crescimento do PIB per capita
Regressão

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita

Método: Mínimos quadrados

Período: 1960 a 1970

Observações incluídas: 10

<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	-0.007062	0.028097	-0.251343	0.8079
Investimento	0.005199	0.001836	2.832322	0.0221
R ²	0.500688	Media da variável dependente		0.066295

A regressão do quadro 1.2 nos mostra que a participação do governo (variável exploratória) foi significativa ao longo da década mas afetou negativamente o crescimento do PIB per capita (variável dependente). A hipótese levantada com relação a participação negativa do governo relaciona-se ao fato do mesmo ter se utilizado de elevada tributação para financiamento de seus gastos, deslocando recursos da esfera produtiva e, assim, prejudicando o processo de crescimento econômico. Por outro lado, sua significância pode ser entendida pelo elevado estímulo concedido a industrialização do país que sem o apoio e monitoramento do Estado não teria se concretizado.

A próxima variável a ser analisada é a abertura da economia ao comércio internacional, medida através da participação sobre o valor do PIB do valor das exportações e importações. A tabela 1.1 mostra que essa abertura vem dando-se gradativamente na Coreia do Sul, paralelamente ao crescimento do PIB per capita, no período em questão. Isso ocorreu pela necessidade do país voltar-se progressivamente para fora, auferindo economias de escala, dado a insuficiência do seu mercado doméstico.

QUADRO 1.2
Coreia do Sul: Participação do governo na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão				
Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita				
Método: Mínimos quadrados ordinários				
Período: 1960 1970				
Observações incluídas: 10				
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	0.410774	0.124225	3.306700	0.0108
Governo	-0.024765	0.008896	-2.783940	0.0238
R ²	0.492074	Média da variável dependente		0.066295

Dessa forma, o gradativo processo de abertura da economia sul-coreana favoreceu o acesso à novas tecnologias, pelo lado das importações, bem como favoreceu a elevação de suas exportações, necessárias para financiar a aquisição dos bens de capital e assim prosseguir com o crescimento de seu parque industrial. É o que pode ser observado na regressão do quadro 1.3, que comprova a participação positiva e significativa dessa variável para a taxa de crescimento do PIB per capita, durante os anos 60.

QUADRO 1.3
Coréia do Sul: Participação do comércio internacional na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão				
Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita				
Método: Mínimos quadrados ordinários				
Período: 1960 1970				
Observações incluídas: 10				
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	-0.057080	0.029414	-1.940588	0.0883
Comércio Internacional	0.004651	0.001063	4.375243	0.0024
R2	0.705262	Média da variável dependente		0.066295

Para finalizar a análise deste período, é importante destacar o crescimento do PIB por trabalhador, que pode ser considerado como uma medida de produtividade da mão-de-obra. A simples análise dos dados nos mostra que a mesma cresceu gradativamente ao longo dos anos. Isso pode ser constatado tanto pelos elevados incentivos do governo à educação, como pelo acesso proporcionado pela abertura comercial a tecnologias modernas, que proporcionam ganhos de produtividade para a força de trabalho.

Além disso, vale ressaltar que essa elevação da produtividade da mão-de-obra – quando associada a elevação dos salários reais e quando não afeta o nível de emprego (devido a incorporação de novas tecnologias) – proporciona um efeito multiplicador sobre a população, que se vê beneficiada pela elevação de sua qualificação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Dessa forma, durante a década de 60, a economia sul-coreana apresentou uma taxa de crescimento médio em torno de 6,63%, em razão notadamente do processo de abertura ao comércio internacional ou, mais precisamente, pela fase em que se procurou conciliar o processo de substituição de importações com a estratégia de expansão das exportações.

1.3. O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 70

A década de 70 marca a segunda fase do processo de industrialização substitutiva de importações na Coreia do Sul. A partir deste período o governo sul-coreano passou a incentivar

ramos da indústria intensivos em tecnologia, sobretudo a “...indústria química e pesada (metais não-ferrosos, aço, siderurgia, equipamentos de transporte, papel celulose, automóveis, maquinaria pesada, construção naval, petroquímica e construção civil) e a indústria eletrônica industrial” (SICSÚ, 1989, p.142).

Porém, como dito anteriormente, o progresso tecnológico ainda não estava endogenizado na Coreia do Sul. Sendo assim, como se tratam de ramos que necessitam de elevado aporte de tecnologia, o país se viu obrigado a importar tecnologia para alavancar seu processo de industrialização. Essa importação de tecnologia foi beneficiada, em grande parte, pelo Japão, dado o rápido processo de crescimento econômico deste país, e sua proximidade geográfica com a Coreia do Sul, o que veio a possibilitar o surgimento de externalidades positivas para a industrialização sul-coreana.

Torna-se importante frisar que o progresso tecnológico se traduz em uma transferência de renda dos países em vias de desenvolvimento para os países desenvolvidos ou detentores das tecnologias mais avançadas. Isso se dá pelo fato desses países em desenvolvimento procurarem tecnologias capital-intensivas, adquiridas de outras nações, o que acaba traduzindo-se em ônus para os mesmos uma vez que grande parte de seus recursos são destinados à importação dessas tecnologias.

É justamente neste cenário que se observa um dos principais fatores responsáveis pelo rápido e elevado crescimento econômico sul-coreano. Deste modo, conforme dava continuidade à importação de tecnologia, o governo sul-coreano se fez sempre presente como agente atuante do processo de transferência tecnológica¹¹, seja através de mecanismos que favorecessem essa transferência, protegendo-a e difundindo-a, ou assumindo os riscos – de mercado e tecnológico – em parceria com o setor privado (incapaz de arcar sozinho com os mesmos, dada a sua magnitude).

Ou seja, torna-se visível que o governo da Coreia do Sul tinha o progresso tecnológico como uma de suas estratégias de crescimento econômico e que procurou livrar-se do círculo vicioso de aquisição de tecnologia - ao qual pertence a maioria dos países em desenvolvimento – sem que se proceda uma gradativa evolução do aprendizado tecnológico.

“Daí a preocupação governamental com a formação de sua base tecnológica pelo que

11. Transferência tecnológica: Ocorre quando se verifica um aprendizado em relação a bens de capital mais avançados (JONES, 2000, p.111)

passou a investir em Pesquisa e Desenvolvimento para manter a sua posição nas indústrias estratégicas. Estimulou as empresas coreanas a investirem em P&D e treinamento da mão-de-obra” (SICSÚ, 1989,p.135), o que veio a favorecer à acumulação de capital humano, ou seja, a qualificação da força de trabalho. Esta tornou-se outro fator estratégico na dinamização do processo de crescimento da Coréia do Sul.

Por tudo o que foi salientado até agora, pode-se afirmar que o processo de acumulação de capital foi fortemente regulado pelo Estado. Além de controlar as políticas de fomento ao setor industrial sul-coreano, o mesmo detinha o controle dos investimentos, direcionando-os somente para os setores por ele considerados estratégicos para a promoção da industrialização. Do mais, o Estado participou ativamente da vida dos grandes conglomerados, monitorando a entrada e a saída de empresas do setor e definindo aqueles que poderiam expandir ou diversificar suas capacidades produtivas.

Verificou-se assim uma estratégia altamente intervencionista por parte do governo sul-coreano, visando impelir a indústria em direção a atividades intensivas em tecnologia e, portanto, exigentes em termos de qualificação da mão-de-obra. Além disso, o governo atuava como um mecanismo protetor, proibindo importações e a entrada de transnacionais no país, e fomentador do progresso industrial, concedendo créditos, subsídios e incentivos fiscais às indústrias.

Porém, se essa atuação do Estado foi positiva pelo lado da transferência de tecnologia, da qualificação do trabalho e do favorecimento do crescimento dos grandes conglomerados, foi negativa pelo fato de ter favorecido a concentração, tanto a nível industrial como agregado. A nível industrial praticamente não se observa a entrada de novos empreendedores, sendo que o progresso se deu principalmente com base na expansão de empresas existentes e, secundariamente, baseado em empresas nascentes (JONES & SAKONG *apud* SINGH,1997,p.29). A nível agregado, “ a produção dos 5 e dos 10 principais grupos cresceu muito mais rapidamente que o PIB, de forma que a concentração econômica agregada subiu de modo espetacular “ (KIM *apud* SINGH, 1997, p.30).

1.3.1. ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA

Através da tabela 1.3 observa-se que ao longo da década de 70 a taxa de crescimento do PIB per capita sul-coreano apresentou comportamento oscilante, que não condiz com a tendência crescente verificada para a taxa de investimentos, ou seja, percebe-se que as elevações dos investimentos pouca influência exerceram para a evolução da taxa de crescimento da economia. Isso pode ser constatado pelos resultados da regressão, onde se mostra que a taxa

de investimentos não é significativa para explicar o processo de crescimento ao longo da referida década, como também que a mesma não se relacionou positivamente com o crescimento do PIB per capita, no período em questão.

TABELA 1.2
Indicadores de crescimento da economia sul-coreana (1970-1980)

Ano	População (em mil)	PIB per capita (US\$ de 1985)	Taxa de Crescimento do PIB per capita (em %)	Taxa de Investimento da Economia (% PIB)	Participação do Governo na Economia (% PIB)	PIB por Trabalhador (US\$ de 1985)	Volume do Comércio Internacional (% PIB)
1970	31923	1694		21,9	12,5	4699	37,92
1971	32596	1832	8,1	21,4	12,4	5037	41,12
1972	33266	1867	1,9	19,3	12,6	5079	44,52
1973	33935	2099	12,4	21,4	11	5642	62,24
1974	34606	2251	7,2	25,4	11,5	6055	67
1975	35281	2314	2,8	23,3	12,1	6245	64,39
1976	35849	2584	11,7	23,9	11,2	6824	64,78
1977	36412	2820	9,1	27,3	10,9	7358	64,84
1978	36969	3141	11,4	31,5	10,9	8096	63,53
1979	37534	3371	7,3	33,4	10	8658	62,11
1980	38124	3081	-8,6	28	11,3	8004	65,48

Fonte: Penn World Table Mark 5.6 atualizada por Summers e Heston (1991) .

O motivo provavelmente mais importante (significativo) para que tenhamos chegado a um resultado tão inesperado - a afirmação de que os investimentos não tenham favorecido a taxa de crescimento do PIB per capita na década de 70 – “ diz respeito ao *big push* de 1973/1979, que desenvolveu a indústria pesada (...) ” , alvo da estratégia e investimentos do governo, “ (...) com fortes déficits na balança comercial (4,3% em 1979 e 1980), deslocando-se o crédito e outros recursos escassos do resto da economia, ao mesmo tempo em que deixou este setor com capacidade ociosa. “ (KWACK *apud* SOUZA, 1993, p.378).

Portanto, o elevado montante de recursos destinados a importação dos bens de capital, necessários ao processo de industrialização do país, gerou enormes déficits na balança comercial e promoveu, em contrapartida, a geração de capacidade ociosa na indústria pesada, não refletindo-se em crescimento econômico, isto é, no crescimento do PIB per capita sul-coreano. Em síntese, a consolidação do parque industrial do país não encontrou retorno em termos de

realização da produção em razão da carência de demanda interna, o que veio a prejudicar a participação dos investimentos no período.

QUADRO 1.4
Participação dos investimentos, do comércio internacional e do governo na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão				
Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita				
Método: Mínimos quadrados ordinários				
Período: 1970 a 1980				
Observações incluídas: 10				
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	-0.607934	0.740824	-0.820619	0.4432
Investimento	-0.004713	0.006967	-0.676430	0.5240
Governo	0.050889	0.045567	1.116794	0.3068
Comércio Internacional	0.003544	0.002362	1.500290	0.1842
R ²	0.512891	Média da variável dependente		0.063427

Já com relação a participação do governo na economia, a análise da tabela 1.2 e da regressão do quadro 1.4 mostram que a atuação governamental foi positiva para economia, contrariamente ao constatado no período anterior. Isto deu-se devido tanto a participação ativa do setor público no fomento a atividade industrial – realizando elevados gastos com vistas a seu crescimento e consolidação – como pelo fato do financiamento dos gastos não ter se dado mediante forte tributação, de forma que o mesmo passou a basear-se, de modo mais abrangente, em outras fontes de financiamento. Vale a ressalva, todavia, de que a participação do governo não foi significativa para explicar o crescimento econômico do período.

Analisando agora os efeitos da variável comércio internacional, verifica-se que ela é a responsável pela taxa de crescimento do PIB per capita. Ora, os dados deixam claro a surpreendente elevação desse processo de abertura da economia, tanto é que, conforme veremos no próximo tópico, ele será um dos principais responsáveis pela gradativa utilização da capacidade ociosa instalada na indústria sul-coreana. O quadro 1.4 demonstra essa realidade, de forma que o comércio internacional se relacionou de maneira positiva com o processo de crescimento econômico do país, bem como mostrou-se significativo para explicar o crescimento econômico na década em análise.

Considerando-se principalmente o volume do comércio internacional e, de certa forma, a participação do governo na economia como os fatores relevantes para a contínua elevação da

taxa de crescimento do PIB per capita (que apresentou crescimento médio de 6,34% ao ano, na década de 70), pode-se ter idéia da magnitude da participação dessas variáveis no aumento da produtividade do trabalho (PIB por trabalhador), que evoluiu de US\$4699, em 1970, para US\$8004, em 1980, ou seja, um incremento percentual em torno de 70,3%.

Essa elevação da produtividade ter-se-ia dado pelo processo de abertura da economia, aliado à atuação governamental no que se refere aos esforços para qualificar a mão-de-obra e desenvolver atividades de P&D, visando usufruir ao máximo do processo de transferência tecnológica proporcionado por seus parceiros comerciais, sobretudo o Japão.

1.4. O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 80

A década de 80 é caracterizada por uma fase mais dinâmica da estratégia de industrialização sul-coreana. É neste período que observa-se a emergência de suas indústrias em mercados de exportação caracterizados por produtos de maior valor agregado, baseados em alto conteúdo tecnológico ou intensivos em capital. É o caso da produção de aço, navios, automóveis, da eletrônica e da química fina.

No entanto, a Coréia do Sul ainda não estava preparada para esta etapa do seu processo de industrialização, tendo em vista que, para concorrer em mercados mais sofisticados, as indústrias sul-coreanas precisavam elevar seu grau de competitividade baseando-se tanto em ganhos de produtividade, como também na melhoria da qualidade de seus produtos. Além disso, essa inserção não poderia ocorrer fundamentada em um elevado grau de protecionismo estatal, como nas décadas anteriores, pois as indústrias do país tinham que alcançar um certo grau de autonomia quanto à sua atuação.

Isso não implica dizer que não se observa a presença do Estado neste período. Do mesmo modo que as décadas de 60 e 70, esta etapa da evolução da economia sul-coreana foi caracterizada por intensa participação estatal. Todavia, o governo procurou reduzir gradativamente seu grau de inserção na esfera microeconômica mas, no entanto, continuou a proteger a indústria nacional, tanto pelo bloqueio a entrada de investimentos estrangeiros diretos, como também pela concessão de incentivos e subsídios a mesma.

TABELA 1.3
Indicadores de crescimento da economia sul-coreana (1980-1990)

Ano	População (em mil)	PIB per capita (US\$ de 1985)	Taxa de Crescimento do PIB per capita (em %)	Taxa de Investimento da Economia (% PIB)	Participação do Governo na Economia (% PIB)	PIB por Trabalhador (US\$ de 1985)	Volume do Comércio Internacional (% PIB)
1980	38124	3081		28	11,3	8004	65,48
1981	38723	3190	3,5	27	11,3	8224	68,06
1982	39326	3400	6,6	27,1	10,6	8601	71,52
1983	39910	3715	9,3	27,8	9,9	9311	71,74
1984	40406	4018	8,2	29,2	9,2	9942	71,81
1985	40806	4217	5,0	28,5	9,1	10361	67,86
1986	41184	4683	11,0	28,6	9,1	11302	71,08
1987	41575	5180	10,6	30,3	8,8	12367	75,09
1988	41975	5742	10,8	31,4	8,6	13584	75,64
1989	42380	6292	9,6	34,6	8,6	14697	75,45
1990	42869	6866	9,1	36,9	8,5	16022	62,48

Fonte: Penn World Table Mark 5.6 atualizada por Summers e Heston (1991) .

1.4.1. ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA

No que se refere ao volume de investimentos, podemos observar sua tendência ascendente ao longo dos anos 80. Essa elevação dos investimentos pode ser explicada pela mudança na estrutura da economia, como já salientado, rumo a atividades mais intensivas em tecnologia e que, por isso, exigiam elevado volume de recursos que seriam destinados tanto para a implantação dessas indústrias, como também para atividades de P&D e para a qualificação da força de trabalho.

Uma prova dessa afirmação são as negociações estabelecidas entre o governo sul-coreano e o Fundo Monetário Internacional (FMI), na primeira metade da década de 80, visando proceder ao ajuste estrutural da economia, com a ajuda de dois empréstimos do Banco Mundial.

O quadro 1.5 vem afirmar justamente isso, que os investimentos tiveram uma participação positiva na taxa de crescimento do PIB per capita, mas que seu impacto não foi significativo para a mesma, isto é, que a taxa de investimentos contribuiu para o processo de crescimento da economia porém, no entanto, não foi a grande responsável pelo mesmo.

Já com relação a participação do governo, a tabela 1.3 permite visualizar a redução progressiva em sua atuação, ao mesmo tempo em que observa-se uma contínua elevação do PIB per capita, o que nos permite afirmar que o crescimento da indústria sul-coreana atingiu um certo grau de autonomia no decorrer dos anos 80. Mas, apesar dessa redução do protecionismo governamental, pode-se verificar, na regressão do quadro 1.5, que a presença do Estado ainda foi significativa para explicar o crescimento econômico, embora tenha estatisticamente demonstrado uma relação inversa (negativa) com a evolução do PIB per capita.

QUADRO 1.5

Coréia do Sul: Participação dos investimentos na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita

Método: Mínimos quadrados ordinários

Período: 1980 a 1990

Observações incluídas: 10

<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	-0.002679	0.110440	-0.024253	0.9812
Investimento	0.002953	0.003765	0.784428	0.4554
R2	0.071422	Média da variável dependente		0.083708

Sua significância pode ser explicada pelo fato das áreas consideradas estratégias neste período exigirem um vultoso volume de recursos para seu desenvolvimento, tendo o Estado operado como agente captador desses recursos. É o caso das indústrias de alta tecnologia, dos incentivos a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) destinadas a área nuclear, do setor de telecomunicações, transportes e demais tecnologias ligadas ao bem-estar social.

A tabela 1.4 vem comprovar o que foi citado anteriormente, isto é, que o financiamento do crescimento da economia sul-coreana se deu tanto internamente (30% dos recursos utilizados) como também e em maior proporção por fontes externas (70% do total dos recursos). “O fato de países em desenvolvimento utilizarem mais recursos externos não é difícil de se explicar: dadas as suas taxas de crescimento muito mais rápidas, as corporações dos países em desenvolvimento precisam de muito mais fundos para financiar seu crescimento” (SINGH, 1997, p.33).

TABELA 1.4
Fontes brutas de financiamento para a Coréia do Sul:
 1975 a 1990

Modalidades	
Retenções	30,0
Novas ações	12,8
Títulos	12,0
Empréstimos	29,5
Crédito comercial	7,8
Outros	7,9
Total interno	30,0
Total externo	70,0
Total	100,0

Fonte: Cho *in* Singh (1997).

QUADRO 1.6
Coréia do Sul: Participação do Governo na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita

Método: Mínimos quadrados ordinários

Período: 1980 a 1990

Observações incluídas: 10

<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	0.230783	0.064522	3.576814	0.0072
Governo	-0.015241	0.006650	-2.291835	0.0511
R ²	0.396341	Média da variável dependente		0.083708

Além disso, vale ressaltar que a estabilidade da política econômica proporcionou rápidos ajustamentos aos choques internos e externos, e a realização de elevadas taxas de investimentos em capital físico e humano (COLLINS *apud* SOUZA, 1993, p.378).

Analisando o volume do comércio internacional, verifica-se que ele continuou como o principal responsável pelo bom desempenho verificado na economia sul-coreana. Sendo assim, a economia deste país se viu beneficiada pela elevação das exportações que apresentaram uma taxa média de crescimento de 12,3% ao ano¹², possibilitando uma gradual utilização da

12. Banco Mundial, 1994.

capacidade física gerada na indústria nos anos 70 e a formação de uma demanda externa, capaz de absorver os produtos de maior valor agregado gerados pelas indústrias de tecnologia intensiva.

QUADRO 1.7

Coréia do Sul: Participação do comércio internacional na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita

Método: Mínimos quadrados ordinários

Período: 1980 a 1990

Observações incluídas: 10

<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	-0.184957	0.162406	-1.138857	0.2877
Comércio Internacional	0.003764	0.002273	1.656024	0.1363
R ²	0.255288	Média da variável dependente		0.083708

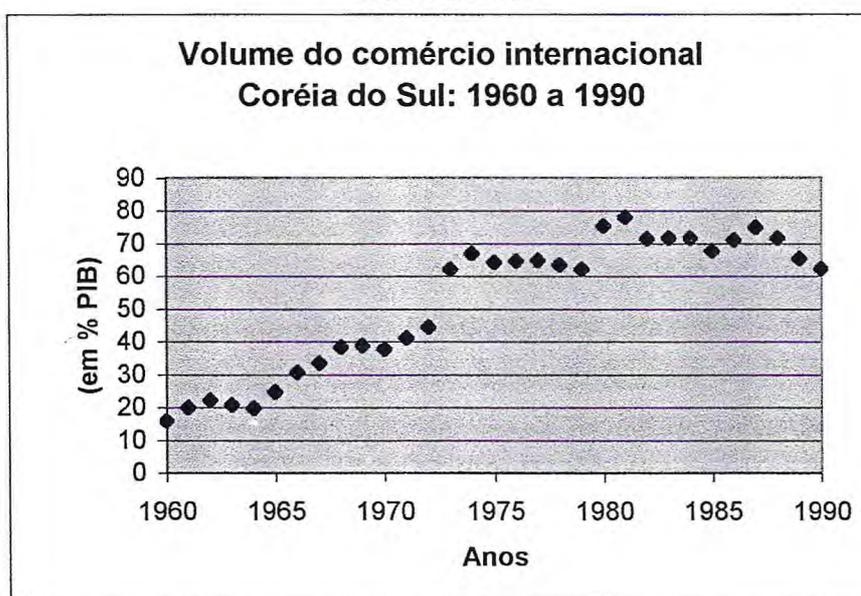
Com relação às importações, vale ressaltar que ainda se fizeram elevadas no início da década de 80, sendo responsáveis por um saldo em conta corrente negativo de US\$ 2.679 milhões no ano de 1982 (BANCO MUNDIAL, 1994). Isso pode ser verificado através da regressão do quadro 1.7, que mostra a significância do volume do comércio internacional para o processo de crescimento econômico, bem como sua relação positiva com o mesmo.

O PIB per capita sul-coreano apresentou, nos anos 80, uma taxa média de crescimento de 8,37% ao ano, sendo o volume do comércio internacional o principal responsável pela sua decolagem, seguido da taxa de investimentos da economia, o que veio a permitir "... na segunda metade da década, a emergência competitiva de conglomerados coreanos em mercados prezados por concorrentes externos – em 1985, firmas sul-coreanas já se apresentavam capazes de projetar os então avançados chips de 256k, de vender um carro próprio nos Estados Unidos e inovar no mercados de videocassetes, com o aparelho de circuito único, estritamente reproduzidor, mais barato e com sucesso no mercado japonês. Mais recentemente, a química fina coreana tem se insinuado em mercados internacionais, particularmente como sucedânea de países avançados junto às demais economias industriais periféricas" (CANUTO, 1993, p.183).

1.5.O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO SUL-COREANO: SÍNTESE DO PERÍODO

Torna-se claro que, no período compreendido de 1960 a 1990, a abertura ao comércio internacional foi um fator decisivo para o processo de crescimento econômico da Coreia do Sul, seja do lado das exportações, através da formação de um mercado externo capaz de absorver seus produtos, ou do lado das importações essenciais para adquirir os insumos necessários a dar prosseguimento à industrialização do país. A crescente importância do volume do comércio internacional pode ser constatada no gráfico abaixo, que nos mostra a súbita ascensão desta variável no decorrer das três décadas.

GRÁFICO 1.1

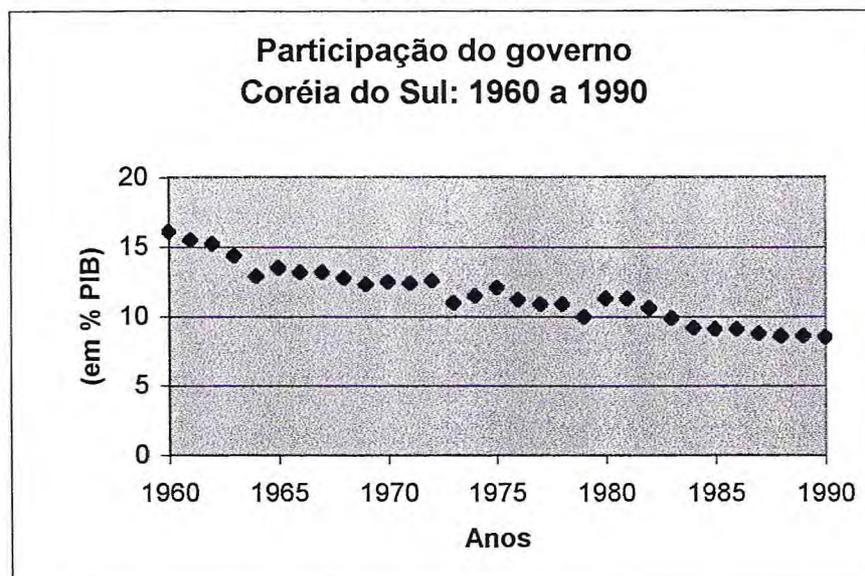


Além desses benefícios diretos, cabe-nos ressaltar, existiu outro importante benefício advindo da maior inserção da economia no comércio internacional e que veio a favorecer seu processo de crescimento econômico: são as transferências tecnológicas (monitoradas pelo Estado) que contribuíram para elevar a produtividade da mão-de-obra e para que alguns setores alcançassem um certo grau de autonomia, no que se refere a geração endógena de tecnologia.

Já com relação à participação do Estado no processo de crescimento econômico, a análise destas três décadas permite afirmar que a mesma foi de fundamental importância no que diz respeito a promoção do desenvolvimento das indústrias sul-coreanas, seja através do elevado grau de protecionismo destinado aos conglomerados, como devido ao acompanhamento exercido durante o processo de transferência tecnológica (com o intuito de capacitar tecnologicamente as indústrias nacionais e, dessa forma, endogeneizar o progresso técnico), e finalmente pela

orientação dada aos investimentos (visando uma melhor alocação dos mesmos), ou pela capacitação da mão-de-obra (necessária para dar suporte ao paradigma tecnológico vigente).

GRÁFICO 1.2

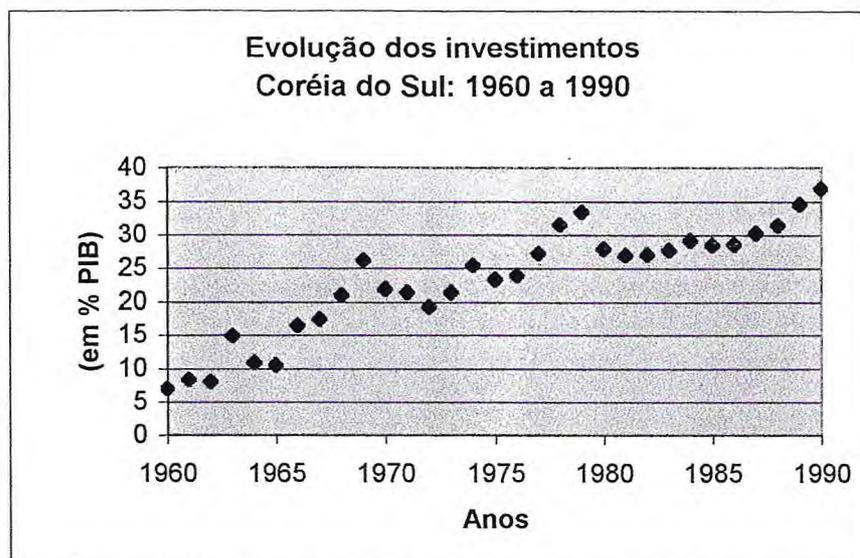


Pelo gráfico 1.2 observa-se que a participação do governo reduziu-se progressivamente, o que nos permite afirmar que o crescimento da indústria sul-coreana atingiu um certo grau de autonomia ao longo do período, tendo em vista a contínua elevação do PIB per capita (gráfico 1.4). Por outro lado, o financiamento dos seus gastos, apesar de ter-se baseado, em grande medida, no financiamento externo, realizou-se também através de elevada tributação, o que veio a comprometer o processo de crescimento econômico no período em estudo, notadamente nas décadas de 60 e 80, conforme explicitado anteriormente.

No que se refere ao volume de investimentos, sua importância foi muito relativa no período em questão, apresentando um relacionamento positivo com a taxa de crescimento do PIB per capita somente nas décadas de 60 e 80. Isso se deu porque na década de 70 houve um declínio em sua participação no PIB, como podemos evidenciar no gráfico 1.3, em virtude dos elevados investimentos destinados a importação dos bens de capital, que provocaram uma brusca elevação da capacidade produtiva.

No entanto, a elevação dessa capacidade produtiva não teve como contrapartida uma elevação da demanda, o que veio a fazer com que a indústria operasse com capacidade ociosa, o que não permitiu que esta variável proporcionasse um retorno significativo para a economia sul-coreana, retorno este que foi se dando progressivamente com a elevação das exportações no decorrer dos anos 80.

GRÁFICO 1.3



Quanto à produtividade do trabalho, esta se elevou progressivamente no decorrer dessas três décadas puxada tanto pela atuação governamental (que possibilitou uma rápida qualificação da população do país) como pela abertura ao comércio internacional (que permitiu o acesso a novas tecnologias, proporcionando a elevação da demanda por mão-de-obra qualificada e, conseqüentemente, estimulando a busca de qualificação por parte da população).

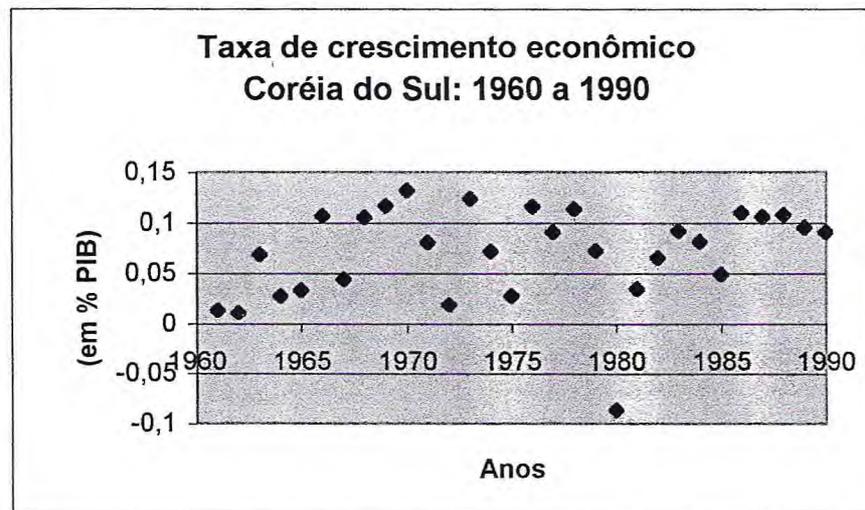
É neste contexto que se observa a evolução econômica da Coreia do Sul, isto é, o processo de transição de uma economia baseada essencialmente na agricultura para uma economia que tem a indústria como a principal fonte dinamizadora de seu mercado. De fato, a participação da agricultura (como percentual do PIB) reduziu-se de 37% em 1960 para 8% em 1992, ao passo que a participação da indústria elevou-se de 20% em 1960 para 45% em 1992. Já com relação ao setor de serviços, o mesmo manteve-se praticamente inalterado ao longo do período, elevando-se de 43% em 1960 para 47% do PIB em 1992 (BANCO MUNDIAL, 1994).

Outro ponto importante a se destacar refere-se a intensificação do consumo privado¹³, que nos fornece uma medida aproximada do assalariamento da força de trabalho, tendo-se em vista que elevações na renda levam as pessoas a consumirem, em termos proporcionais, mais produtos industrializados e serviços do que produtos oriundos do setor agrícola.

13. É o valor de mercado de todos os bens e serviços comprados ou recebidos a título de remuneração em mercadoria por famílias e instituições sem fins lucrativos (BANCO MUNDIAL, 1994, p.246).

Dessa forma, verifica-se uma intensificação dessa variável na economia sul-coreana, passando de uma taxa de crescimento de 7% ao ano em 1960, elevando-se para 7,4% ao ano entre 1970 e 1980, e 8,3% ao ano entre 1980 e 1992 (BANCO MUNDIAL, 1994). Essa elevação da taxa de crescimento do consumo privado além de traduzir o aumento dos salários, demonstra, mais uma vez, o dinamismo econômico alcançado por este país.

GRÁFICO 1.4



A combinação desses fatores fez com que a economia da Coreia do Sul apresentasse uma taxa de crescimento de 6,8% ao ano durante todo o período em estudo, uma das maiores a nível mundial, projetando significativamente o país no comércio internacional. A Coreia do Sul evoluiu de uma situação de um país pobre, com forte dependência na área agrícola (devido à escassez de recursos naturais), para uma nação industrializada de renda média, e num exemplo de agressividade e visão de longo prazo.

2. A INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: O CASO BRASILEIRO (DÉCADAS DE 1960 A 1980)

O processo de industrialização brasileiro não se deu de forma tão recente quanto ao observado na Coréia do Sul. No Brasil, o processo de crescimento econômico foi caracterizado por períodos em que se observava uma inconstância no progresso industrial, na medida em que o mesmo era impulsionado em certos períodos e sacrificado em outros, devido a grande instabilidade, tanto em âmbito político, como econômico e social. Dessa forma, a não ser durante o período denominado de “Milagre Econômico” Brasileiro (1967-1973), não chega-se a visualizar um processo de crescimento econômico, mas sim surtos, ou melhor, ciclos de crescimento.

Este capítulo visa identificar as especificidades dessa evolução, para o período de 1960 a 1980, enfatizando o desenvolvimento industrial, e analisar as razões pelas quais o Brasil, um país dotado de grandes potencialidades, não conseguiu lançar-se em um processo de crescimento econômico auto-sustentado, tendo, ao contrário, apresentado um retrocesso, notadamente nos anos 80, período esse caracterizado pela contração da atividade econômica do país.

2.1. BREVE HISTÓRICO (1900-1959)

Várias correntes de pensamento procuraram apresentar saídas para o atraso econômico da América Latina (do Brasil, em particular) em relação aos países desenvolvidos. Portanto, antes de dar continuidade à análise, torna-se importante fazer uma breve apreciação dos principais pontos dessas diversas correntes, o que certamente possibilitará uma melhor compreensão dos rumos tomados pela economia brasileira. O quadro 2.1 traz um breve resumo sobre essas diversas interpretações.

Prosseguindo com a análise, até a década de 20 e meados da década de 30 o modelo de desenvolvimento brasileiro era baseado na agricultura, com ênfase no café, responsável pela grande maioria de nossas exportações. No entanto, isto não significa a não existência da indústria durante este período.

No início do século XX, esse tipo de atividade dava suporte ao setor exportador (tratamento de café, por exemplo), bem como desenvolvia a produção de bens de consumo de primeira necessidade (têxteis, roupas, calçados, indústrias alimentícias), necessários para atender a demanda interna, intensificada pela contratação de mão-de-obra imigrante, assalariada, para o trabalho nas lavouras de café.

QUADRO 2.1
Correntes desenvolvimentistas brasileiras

Correntes ligadas ao desenvolvimento brasileiro	Principal fator a impulsionar o desenvolvimento brasileiro	Estratégia básica
Raul Prebisch (CEPAL)	Industrialização por substituição de importações	<ul style="list-style-type: none"> - Atração de capitais externos (visando elevar investimentos e melhorar a infra-estrutura); - Reforma agrária (com a intenção de elevar a oferta de alimentos e ampliar o mercado interno); - Elevação da participação do estado (com vistas a captar recursos e investir em infra-estrutura básica);e - Redução do consumo supérfluo (através da elevação de tarifas e restrições quantitativas as importações).
Hans Singer (CEPAL)	Idem	<ul style="list-style-type: none"> - Captação de recursos externos na forma de Investimentos Estrangeiros Diretos (isso levaria a retenção dos frutos do progresso técnico e a elevação da competitividade da indústria nacional) - Diversificação dos investimentos, com maiores inversões para setores estratégicos para o crescimento do país;e - Aumento da oferta interna de mão-de-obra especializada, ou seja, maiores investimentos em educação e treinamento da força de trabalho.
Eugênio Gudín (Corrente Neoliberal)	Industrialização por substituição de importações, porém com fortes incentivos a atividade exportadora.	<ul style="list-style-type: none"> - Estabilização da economia; - Equilíbrio das contas públicas; - Livre mercado, isto é, redução da intervenção governamental; - Atração de capital estrangeiro; - Concessão de crédito seletivo para agricultura e educação; - Incentivo aos investimentos visando elevar a produtividade e a produção para exportação; e - Formação do mercado de capitais.
Roberto Simonsen (Desenvolvimentista ligado ao setor privado)	Industrialização baseada na substituição de importações, porém com monitoramento do Estado	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio do governo a iniciativa privada nacional; - Adoção de políticas protecionistas e de estímulos a implantação de novas indústrias; - Investimentos em infra-estrutura; - Manutenção de mercados para o setor privado nacional; - Concessão de uma participação máxima à iniciativa privada nacional na esfera econômica; e - Orientação do capital estrangeiro para atividades comerciais e agrícolas, bem como para atividades industriais ainda não exploradas no Brasil.

Almeida Magalhães (Desenvolvimentista ligado ao setor privado)	Industrialização com base na substituição de importações	<ul style="list-style-type: none"> - Poupança forçada, a ser auferida através de uma moderada inflação (na ausência de poupança interna e externa), que elevaria os preços e reduziria os salários, incentivando o aumento dos investimentos; - Especialização da mão-de-obra; - Maior capacidade empresarial; - Captação de recursos externos; - Redução da tributação direta; e - Contenção dos salários.
Celso Furtado (Desenvolvimentista ligado ao setor público) Corrente nacionalista	Industrialização com base na substituição de importações e com elevado grau de estatização	<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos em setores estratégicos; - Submissão das políticas monetária, cambial e fiscal aos objetivos do desenvolvimento;] - Reforma agrária; - Redistribuição de renda; - Importação de inovações tecnológicas sob a coordenação do Estado; - Maiores investimentos em infra-estrutura; - Empréstimos externos; - Crescimento voltado para o mercado interno; - Forte presença de empresas estatais; e - Flexibilização da oferta.
Roberto Campos (Desenvolvimentista ligado ao setor público) Corrente não-nacionalista	Industrialização com base na substituição de importações	<ul style="list-style-type: none"> - Ampla participação do capital estrangeiro; - Investimentos estrangeiros deveriam ser destinados a atividades de alto risco e com elevada relação capital/trabalho; - Industrialização com planejamento estatal de forma parcial ou setorial; - Redução do consumo supérfluo; - O setor privado nacional deveria dedicar-se a atividades que lhe possibilitasse maior dinamismo; - Concentração dos investimentos em áreas já bem providas de infra-estrutura e em pontos de estrangulamento da economia (energia, transportes, etc.); - Maiores investimentos em educação e tecnologia; - Maiores investimentos em pontos de germinação da atividade industrial; e - Estabilização econômica.

Fonte: (SOUZA.1997, p.198-225)

Porém, todo o crescimento industrial era vinculado à atividade agrícola, pois a ela cabia tanto o papel de gerar excedentes exportáveis para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos para o desenvolvimento da indústria, como também era a responsável pela dinamização da demanda doméstica, proporcionada pela renda gerada com as exportações de seus produtos, sobretudo o café.

Além disso, a indústria brasileira passou a ser beneficiada pelo surgimento de externalidades, oriundas do setor cafeeiro, que levaram à melhorias da infra-estrutura do país (ferrovias, por exemplo, para o escoamento da produção), e favoreceram a ampliação do mercado interno, devido a contratação de mão-de-obra imigrante para as lavouras de café.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, o crescimento da indústria brasileira foi beneficiado pela redução do volume de importações, devido a dificuldade de navegabilidade imposta pelo conflito, o que levou à intensificação da demanda interna por produtos domésticos, conduzindo a uma gradativa utilização da capacidade produtiva instalada no período anterior a Guerra (1905-1913).

Esse crescimento industrial, apresentado pela indústria durante os anos de guerra, mostrou-se declinante durante a década de 20. Isto se deu, principalmente, devido a valorização cambial ocorrida no Brasil nos anos de 1923 a 1926 que, ao fazer com que houvesse uma elevação nos preços dos produtos brasileiros e um barateamento dos produtos importados, reduziu a competitividade da indústria nacional. Por outro lado, a combinação desta valorização cambial com a renda gerada com as exportações de café, favoreceu um aumento das importações de máquinas e equipamentos necessários ao crescimento da produção industrial (BAER, 1995).

Ainda nesta década, verifica-se uma maior diversificação da produção industrial brasileira, proporcionada tanto pela entrada do capital estrangeiro – indústrias de cimento e aço – como pelos incentivos concedidos pelo Governo Federal, que favoreciam o surgimento de novas industriais no país. Vale ressaltar que muitas oficinas tiveram suas atividades ampliadas durante os anos de guerra, o que fez com que as mesmas reinvestissem seus lucros com vistas a ampliar sua capacidade de produção (BAER, 1995).

É importante lembrar que “ trata-se, aqui, de uma industrialização diretamente complementar das atividades de exportação, que se expande ou se contrai em função destas e que dificilmente chega a desempenhar um papel autônomo. Existe, porém, uma outra faixa de atividades industriais que surgem nesta mesma fase: são manufaturas complementares das importações ou induzidas pelos gastos dos consumidores “ (FURTADO,1972, p.16).

No período da Grande Depressão¹⁴ (1929-1930) há uma queda nos preços do café – centro das preocupações da época – devido a grande safra originada no período e a redução da demanda externa por esse produto. O Governo Federal passa, então, a comprar os estoques excedentes, que não puderam ser armazenados ou vendidos, para serem queimados, visando, com isso, impedir uma maior queda no preço desse produto, ou seja, sua desvalorização, e conseqüentemente, a depreciação da renda dos cafeicultores.

14. Crise econômica que se abateu sobre os Estados Unidos da América e se estendeu a outros países, com profundas conseqüências econômicas e financeiras.

Por outro lado, a indústria brasileira se viu impulsionada nesse período devido ao elevado grau de liquidez da economia (proporcionado pelas políticas de auxílio a produção cafeeira) que permitiu o surgimento de um excesso de demanda por produtos manufaturados em um período de relativa escassez de importações (devido aos impactos da Grande Depressão), o que levou ao aumento dos preços desses bens, incentivando sua produção.

Apesar de ter favorecido a dinamização da produção manufatureira nacional, a crise no setor exportador afetou negativamente o desempenho da economia do país, tendo em vista que seu crescimento estava condicionado, principalmente, a cultura cafeeira. A partir de então surge, no governo de Getúlio Vargas, a percepção de que não era mais possível a economia do país depender da exportação de um reduzido número de produtos agrícolas, ou seja, de que deveria haver uma diversificação de sua pauta exportadora e, com isso, inicia-se um planejamento com vistas a substituição de importações no país. A industrialização se faz, então, necessária para o crescimento econômico e para por fim ao estrangulamento externo que se fazia presente no Brasil.

Dessa forma procurou-se incentivar, nesta primeira etapa de substituição de importações, o setor de bens de consumo não-duráveis. O processo de crescimento industrial prosseguiu baseando-se, inicialmente, na utilização da capacidade produtiva existente, gerada no período anterior a depressão, e, posteriormente, durante a segunda metade da década de 30, com base na expansão dessa capacidade. No final dessa década e início dos anos 40 a indústria tornou-se o setor mais dinâmico da economia.

Com o início da Segunda Guerra Mundial (1942-1945) a industrialização é novamente beneficiada pela queda no volume de importações, o que veio a elevar a demanda por produtos domésticos, assim como o crescimento das exportações, impulsionando a atividade industrial do país. Como ocorrido na Primeira Guerra, esse incremento na produção do país se dá baseado na utilização da capacidade produtiva existente e não através da formação de nova capacidade.

Porém, com o fim desse conflito, há uma perda de dinamismo da economia, no que se refere às exportações de manufaturados, ocasionada pelo retorno dos mercados concorrentes que comercializavam bens de melhor qualidade e, portanto, mais competitivos que os negociados no Brasil.

Torna-se digno de nota os efeitos dos choques externos sobre o processo de industrialização brasileiro, durante o período em estudo. Pode-se afirmar isso tendo em vista que tanto as guerras como os impactos da Grande depressão proporcionaram a dinamização da

atividade industrial, devido à escassez de produtos importados, o que obrigava a demanda interna a voltar-se completamente para o mercado nacional.

Um dos mais importantes fatores para o progresso industrial brasileiro e, conseqüentemente, para o crescimento econômico deste país foi o Plano de Metas (1956-1960), realizado durante o governo de Juscelino Kubitschek. Esse plano pretendia promover o desenvolvimento econômico de maneira acelerada (50 anos de crescimento em 5), visando igualar o Brasil com as demais nações desenvolvidas. Para tanto, concentrava-se em trinta metas que abrangeriam cinco setores, são eles: energia, transportes, alimentação, indústrias de base (com investimentos concentrados em setores estratégicos da economia e, em termos espaciais, na região Sudeste) e educação. A meta final era a construção da capital do país, Brasília.

O financiamento desses investimentos deu-se com base na emissão de moeda – o que provocou inflação – e no capital externo. Com isso observa-se um aumento substancial da base monetária, devido as emissões, o confisco salarial, devido a inflação – que constituiu-se em importante mecanismo de captação de poupança forçada pelo governo – e a elevação da dívida externa, causada pelos empréstimos externos (ABREU et al, 1990).

Outro importante ponto a se destacar é a abertura da economia ao comércio internacional no decorrer desse período, abertura essa que deu suporte à estratégia de industrialização definida pelo governo, de forma que o mesmo passou a conceder uma gama de incentivos, vantagens, isenções e toda sorte de facilidades ao ingresso desse capital no país. Na ótica desenvolvimentista do governo, a contribuição do capital estrangeiro era fundamental e indispensável para o progresso da economia.

Porém, tais medidas levaram "... a adoção de um modelo econômico que estimula e aprofunda a desnacionalização da economia do país, quer prejudicando o crescimento da indústria nacional de bens de produção, ao menos num primeiro momento, quer incentivando a transferência do controle acionário de empresas brasileiras para as corporações estrangeiras, principalmente nos ramos mais dinâmicos e rentáveis. A indústria nacional fica relegada praticamente à sua própria sorte, sofrendo a concorrência dos grupos externos atraídos pelos incentivos e vantagens oficiais. Assim, o capital estrangeiro assume o comando do processo de industrialização do Brasil " (ABREU et all, 1990, p.104).

Em geral os resultados são alcançados, porém às custas de endividamento externo, de elevada inflação e da desnacionalização da indústria, devido aos motivos acima descritos. Sendo assim, no decorrer deste período, observa-se uma transformação na configuração industrial, pois esta segunda etapa do modelo de substituição de importações baseava-se na indústria de bens de consumo durável. “ Devido a esse plano a economia brasileira, que apresentou um crescimento de 6,2% ao ano entre 1951/1956, passou a crescer a 7,8% ao ano entre 1957/1962, sendo que a indústria nesse mesmo período, cresceu a uma taxa de 10,3% ao ano ” (BAER *apud* SOUZA, 1997, p.383).

2.2. O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 60

Os primeiros anos da década de 60 (1960-1962) ainda são marcados por um desempenho positivo na taxa de crescimento da economia brasileira. Porém, apesar de positivo, esse desempenho já vinha apresentando uma tendência declinante no início da referida década, tendo em vista os problemas herdados do governo anterior (Juscelino Kubitschek) – inflação crescente, indisciplina fiscal e deterioração do balanço de pagamentos – que, aliados a instabilidade em âmbito político, fizeram com que a economia passasse a crescer a taxas negativas em 1963, conforme podemos observar na tabela 2.

Após a renúncia de Jânio Quadros (25 de agosto de 1961), assume a Presidência da República o então Vice-Presidente João Goulart. Do início de sua posse até fins de 1962 o novo governo não realiza nenhuma tomada de decisões no campo econômico até que, em meados do de 1963, tenta-se implementar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que tinha como objetivo principal revitalizar a economia do país, pois a mesma apresentava reduzidas taxas de crescimento em virtude, principalmente, do baixo volume de investimentos e da má alocação dos mesmos.

Esse era um plano recessivo, que tinha como estratégia a redução da inflação, do déficit público (através da redução do crédito), o controle do crédito (através da elevação da taxa de juros) e a desvalorização cambial (visando a elevação das exportações). Dessa forma, o plano conduziu a economia para uma profunda recessão, prejudicando demasiadamente o desempenho da indústria e, conseqüentemente, a taxa de crescimento da economia, e fez com que surgissem inúmeras pressões contra o governo, por parte da oposição e do povo, o que levou ao seu abandono.

Ao comprovar o apoio que lhe era conferido pela população, João Goulart decide interceder pelas classes “marginalizadas” da sociedade brasileira e, assim, decide implementar as reformas de base (reforma das empresas, reforma política, reforma educacional, reforma urbana e reforma agrária). Ao optar pelas reformas de base – a reforma agrária em especial – seu governo passa a ser alvo de conspiração das classes dominantes que vêem essas reformas como uma afronta à propriedade privada dos meios de produção e, devido a isso, entram em “conluio” visando à deposição do governo. Inicia-se uma forte rivalidade entre os conservadores, tidos como “reacionários”, e os reformistas, tidos como “comunistas” (BRUM, 1995).

É nesse esfera de intensa agitação política, econômica e social que é realizado o golpe de 64, com o apoio da burguesia nacional, internacional e da classe média (que se viu ameaçada pela presença dos “comunistas”). Dessa forma João Goulart é deposto, assumindo a Presidência da República o Marechal Castelo Branco. Os militares assumem o comando do país, e nele permanecem durante 21 anos (1964 – 1984).

A análise dessa conjuntura torna-se de suma importância para que possamos compreender o modelo de industrialização adotado pelo governo militar, bem como seus impactos no processo de crescimento econômico brasileiro.

O novo ideal que passa a vigorar no país é o de transformar o Brasil em uma potência mundial emergente, integrante do grupo de países denominados desenvolvidos. O caminho que levaria o país à auferir tais resultados era a ligação dos seus interesses com os interesses estrangeiros, isto é, com o capital externo, ou seja, buscava-se a consolidação do sistema capitalista no país. Além disso, e fundamentalmente, tornava-se imperativa a modernização do parque industrial brasileiro (sobretudo bens de consumo duráveis) para que se pudesse alcançar as altas taxas de crescimento econômico necessárias a elevar o país à condição de “superpotência”.

Para tanto, fazia-se necessária a estabilização da economia e, dessa forma, o governo implanta o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), em 1964. Além disso inicia uma política de “portas abertas”, eliminando barreiras à entrada do capital estrangeiro e liberando as remessas de lucros para o exterior. Essa política deliberada, iniciada logo após o Golpe de 64, levou ao ingresso de três empresas automobilísticas no país (General Motors, Ford e Chrysler).

A nova política em vigor estava em consonância com a ótica desenvolvimentista do então Ministro do Planejamento, Roberto Campos. Conforme observamos no quadro 2.1, essa era uma corrente não-nacionalista, que tinha a ampla participação do capital estrangeiro e a redução da

intervenção estatal como fatores-chave para o desenvolvimento da economia brasileira, o que vem a explicar a política de “portas abertas” praticada pelo governo militar.

O PAEG, apesar de proporcionar vários efeitos negativos na economia (redução dos salários, falências, desemprego, transferência do controle de empresas nacionais para grupos estrangeiros), logrou sucesso ao conseguir promover a estabilidade econômica, reduzindo significativamente a inflação¹⁵, e a correção das principais distorções na economia (BRUM, 1995).

A tabela 2.1 demonstra o fraco desempenho da economia no período de estagnação (1962-1967). De 1963 a 1965 a economia retrai-se, apresentando taxas negativas e, somente a partir de 1966 sua taxa de crescimento passa a mostrar sinais de recuperação, tendo o Brasil, em 1967, recuperado a confiança dos grupos estrangeiros, que voltam a investir no país. Essa recuperação da economia em 1967 se processa em virtude do controle da inflação, da utilização da capacidade ociosa da indústria – oriunda do período em que a economia apresentou-se estagnada (1962-1967) – e, finalmente, devido ao influxo de capitais estrangeiros.

TABELA 2.1
Indicadores de crescimento da economia brasileira (1960-1970)

Ano	População (em mil)	PIB per capita (US\$ de 1985)	Taxa de Crescimento do PIB per capita (em %)	Taxa de Investimento da Economia (% PIB)	Participação do Governo na Economia (% PIB)	PIB por trabalhador (US\$ de 1985)	Volume do Comércio Internacional (%PIB)
1960	72594	1844		18,9	14,2	5549	11,82
1961	74799	1925	4,4	19,1	14,4	5812	12,55
1962	77061	1956	1,6	19	13,7	5954	10,44
1963	79400	1932	-1,2	16,9	14,5	5846	17,45
1964	81815	1929	-0,2	17,8	13,7	5832	12,23
1965	84288	1908	-1,1	19	12,6	5753	13,32
1966	86483	1927	1,0	19,8	12,6	5836	12,78
1967	88735	1987	3,1	17,2	13,1	6023	11,65
1968	91045	2173	9,4	18,6	12,3	6577	12,46
1969	93412	2266	4,3	21,7	12,4	6810	13,26
1970	95847	2463	8,7	19,8	11,9	7400	14,48

Fonte: Penn World Table Mark 5.6 atualizada por Summers e Heston (1991) .

15.“Este plano de estabilização conseguiu reduzir a inflação de 90%, em 1964, para 30%, em 1967, invertendo a tendência inflacionária que existia desde o final dos anos 30” (Lacerda.2000,p.104).

2.2.1. ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA

Retomando metodologicamente a investigação sobre os fatores determinantes do crescimento econômico, através da análise da regressão do quadro 2.2, observa-se que a participação dos investimentos foi positiva para o desenvolvimento econômico durante os anos 60 mas, no entanto, não foi significativa para explicar a taxa de crescimento do PIB per capita. Isso pode ser atribuído a três fatores principais:

- a) A reduzida entrada de capital estrangeiro no país durante todo o período de estagnação econômica;
- b) A retração do mercado interno, devido a política de combate a inflação; e
- c) Ao déficit público, impulsionado pela inflação, que prejudicou a capacidade de investimento governamental.

Dessa forma, os investimentos que se fizeram presentes no período de 1962 a 1967 não proporcionaram, em contrapartida, um retorno significativo, de forma que a atividade industrial foi inibida, passando a indústria a operar com capacidade ociosa durante os anos em questão.

Já com relação a influência positiva dos mesmos, esta deu-se, em grande medida, pelo elevado volume de recursos externos presentes na economia a partir de 1968, devido ao ambiente de relativa estabilidade econômica, social e política que havia se instalado no país e, com isso, criado um clima favorável para a realização de investimentos econômicos. Tais investimentos vieram a proporcionar incrementos tanto na infra-estrutura como também na capacidade produtiva da indústria, proporcionando o dinamismo da atividade industrial e a conseqüente retomada do crescimento econômico.

QUADRO 2.2

Brasil: Participação dos investimentos na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão				
Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita				
Método: Mínimos quadrados ordinários				
Período: 1960 1970				
Observações incluídas: 10				
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	-0.135106	0.173559	-0.778443	0.4587
Investimentos	0.008781	0.009210	0.953414	0.3683
R ²	0.102031	Média da variável dependente		0.029976

É importante destacar que o governo não estava em condições de financiar tal aceleração do processo de crescimento econômico com recursos internos, na magnitude exigida pela estratégia adotada. Sendo assim, passou a utilizar principalmente recursos externos, na forma de empréstimos e financiamentos para o governo e para o setor privado e também na forma de investimentos estrangeiros diretos, tendo em vista tanto a realização de obras em infraestrutura e na indústria básica como também, e principalmente, para proporcionar a importação de máquinas e equipamentos necessários à modernização do parque industrial, sobretudo de bens de consumo duráveis.

Além disso, vale ressaltar, que o financiamento dessa estratégia foi baseado em outros mecanismos, tais como:

- a) Inflação, como forma de captação de poupança forçada;
- b) Captação de poupança interna, quer compulsória ou voluntária, com a criação da indexação (correção monetária);
- c) Expropriação salarial dos trabalhadores (compressão dos salários); e
- d) Endividamento interno e externo.

"O processo de crescimento econômico que se opera a partir de então deve-se principalmente ao aumento dos investimentos estrangeiros e a um amplo programa de investimentos do Estado, financiado com recursos de instituições internacionais de crédito. O setor público recupera a credibilidade no exterior e a capacidade de investir e define grandes projetos" (BRUM, 1995, p.167).

Portanto, a partir de 1968 o Brasil passa à apresentar um processo de crescimento econômico baseado no endividamento externo e interno, com elevado crescimento nas importações de bens de capital, com o intuito de favorecer a modernização de seu parque industrial. A economia passa a responder positivamente à elevação dos investimentos, com o PIB per capita crescendo à taxa média de 7,52% no período de 1968 a 1970. A entrada de capital estrangeiro mantém-se elevada, tanto o de empréstimo como o de risco, fazendo com que os ramos mais dinâmicos da indústria brasileira sejam ocupados por multinacionais.

No que se refere à participação do governo na economia podemos observar na tabela 2.2 que, apesar de ter-se apresentado oscilante, a mesma mostrou uma tendência declinante ao longo da década de 60. Essa tendência pode ser comprovada pela estratégia estatal, no que se refere à liberação da economia do país à entrada de capital estrangeiro, não atuando o governo como um mecanismo inibidor da mesma, o que permitiu que a produção industrial fosse

impulsionada e que houvesse uma elevação da taxa de crescimento do PIB per capita no final dos anos 60.

Isso pode ser evidenciado pela reforma econômico-financeira, realizada no Brasil durante os primeiros anos do regime militar, entre 1964 e 1967, sob a direção de Roberto Campos (Ministério do Planejamento) e de Octávio Gouvêa de Bulhões (Ministério da Fazenda). Tal reforma possibilitou a construção dos alicerces para o posterior crescimento que iria se evidenciar na economia do país, crescimento esse possibilitado, sobretudo, pela maior abertura ao comércio internacional (SOUZA, 1997).

O quadro 2.3 mostra que a participação do governo foi significativa para explicar a taxa de crescimento da economia mas que, no entanto, a mesma mostrou-se negativamente relacionada ao processo de crescimento econômico. A significância da contribuição do governo para o crescimento do PIB per capita deu-se, certamente, no final da década de 60, nos moldes descritos acima (abertura ao comércio internacional).

No que diz respeito à relação negativa do governo com a evolução do PIB per capita, isto pode ser creditado a um elevado grau de instabilidade tanto em âmbito político como econômico e social, com à adoção de planos recessivos, que levaram a estagnação da economia. Outras razões podem também ser salientadas como a compressão salarial, que inibiu o consumo das classes mais baixas e, conseqüentemente, a produção das indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis ou tradicionais (onde concentra-se a maior parte do capital privado nacional) e o elevado déficit público, que inibiu a capacidade de investimentos do governo.

QUADRO 2.3
Brasil: Participação do Governo na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão				
Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita				
Método: Mínimos quadrados ordinários				
Período: 1960 1970				
Observações incluídas: 10				
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	0.308522	0.182689	1.688781	0.1297
Governo	-0.020865	0.013659	-1.527514	0.1652
R ²	0.225804	Média da variável dependente		0.029976

Já com relação ao volume do comércio internacional pode-se afirmar, como explicitado anteriormente, que o mesmo mostrou-se praticamente constante ao longo de toda a década, apresentando uma tendência crescente somente a partir de 1970 (tabela 2.1), devido a credibilidade auferida pelo governo perante o capital internacional, que voltou a se fazer presente no país, permitindo a elevação das importações necessárias a dar prosseguimento a estratégia de substituição de importações.

Pelo lado das exportações, procurou-se elevar a produção agrícola destinada à exportação, visando gerar excedentes exportáveis para favorecer o financiamento das importações necessárias o que, contraditoriamente, exigiu a importação de insumos modernos para dinamizar esse setor.

A observação do quadro 2.4 confirma a não significância do comércio internacional no processo de crescimento econômico, bem como seu relacionamento negativo com o mesmo. O primeiro ponto pode ser explicado tanto pelo fato das exportações do país, no início dos anos 60, apresentarem-se muito restritas baseando-se, em grande medida, na cultura do café, como também pela relativa carência de importações, sobretudo bens de capital, necessárias ao funcionamento da indústria produtora de bens duráveis.

QUADRO 2.4

Brasil: Participação do comércio internacional na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão

Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita

Método: Mínimos quadrados ordinários

Período: 1960 a 1970

Observações incluídas: 10

<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	0.070131	0.092109	0.761392	0.4683
Comércio Internacional	-0.003138	0.007132	-0.439989	0.6716
R ²	0.023627	Média da variável dependente		0.029976

O segundo ponto, ou seja, sua influência negativa no que se refere a taxa de crescimento do PIB per capita, está relacionado a estagnação econômica observada no país durante a maior parte dos anos 60, o que provocou a contração das importações, prejudicando a atividade industrial e, conseqüentemente, a evolução da taxa de crescimento do PIB per capita.

Durante o período em questão, a taxa média de crescimento da economia situou-se em torno de 3% ao ano, não observando-se investimentos destinados a P&D e à qualificação da força de trabalho, de maneira que não se verifica uma elevação significativa da produtividade da mão-de-obra durante o decênio. Da mesma forma, não se observa a existência de uma estratégia governamental que capacite o país a endogeneizar o progresso técnico, fonte geradora de crescimento econômico.

2.3. O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 70

As altas taxas de crescimento do PIB per capita apresentadas no final dos anos 60 ainda se fazem presentes no início da década de 70, o que vem a caracterizar o chamado “Milagre Econômico Brasileiro” (1968-1973). Neste período a taxa média de crescimento da economia situou-se em torno de 8,8% ao ano.

No entanto, “o extraordinário crescimento da produção manufatureira, no período que se convencionou chamar de Milagre, ocorreu sem que se alcançasse níveis mais altos de capacidade de auto-transformação. Tanto a capacidade de auto-financiamento como o coeficiente de exportação se mantiveram estáveis” (FURTADO, 1983, p.40).

Dessa maneira, a estratégia de industrialização adotada pelo governo prosseguiu com base em um vultuoso ingresso de capital estrangeiro no país, o que vinha a permitir a importação das máquinas e equipamentos necessários a dar suporte a formação e ao crescimento de um moderno parque industrial produtor de bens duráveis, o que viria a incentivar a produção industrial interna e o processo de crescimento econômico do país, como podemos constatar na tabela 2.2.

Porém, durante todo este período de elevado crescimento, não se procurou lançar as bases para um processo de crescimento auto-sustentado, que favorecesse um gradativo processo de aprendizado tecnológico e promovesse a endogeneização do progresso técnico, reduzindo a situação de dependência a que se sujeitava a indústria nacional. Do mesmo modo, não se verifica à adoção de uma política deliberada de promoção as exportações, com vistas a gerar as divisas para o financiamento das importações, de forma que todo o processo de industrialização operado nos anos 70 foi apoiado em um rápido endividamento externo.

Além disso, o processo de industrialização brasileiro foi acompanhado, contraditoriamente, de uma gradual desnacionalização do seu parque industrial, tendo em vista que as empresas multinacionais se faziam presentes nos setores mais dinâmicos e rentáveis da economia, e que o governo não exercia nenhum poder regulador sobre a entrada dessas

empresas, seja através da canalização e direcionamento de seus investimentos, seja através de acordos ou licenças de transferência de tecnologia, com vistas ao favorecimento da iniciativa privada nacional.

Com a primeira Crise do Petróleo (1973), a economia do país se vê fortemente abalada, tendo em vista à alta nos preços do mesmo e que este era um dos itens que mais pesava na sua pauta de importações. Além disso, o ajuste estrutural realizado nos países desenvolvidos, visando uma melhor adaptação à elevação dos preços deste produto, fez com que se reduzisse a disponibilidade de recursos externos e que se elevasse os preços dos produtos industrializados, principalmente bens de capital, encarecendo as importações brasileiras e, com isso, prejudicando o seu processo de industrialização.

Apesar da perda de dinamismo, a economia continua a crescer em 1974, com a indústria operando com plena capacidade, o que favorece um aumento da produção e, conseqüentemente, a elevação dos investimentos. No entanto, ao reconhecer a fragilidade da economia em relação às oscilações do mercado internacional – em virtude da forte situação de dependência tecnológica em que se encontrava a indústria do país – e com o intuito de consolidar o projeto Brasil-Potência, o governo dá início à terceira fase do processo de substituição de importações.

Esta etapa do processo de industrialização visava implantar o setor produtor de bens de capital, o da eletrônica pesada e o de insumos básicos no país, além de pretender fortalecer a empresa privada nacional – fragilizada diante da concorrência das multinacionais e do elevado grau de estatização da economia – que a partir de então deveria tornar-se o núcleo de crescimento do país. Para tanto, o governo tinha em vista a submissão das multinacionais – que seriam relegadas a segundo plano – e o incentivo a educação e a P&D (ABREU et all, 1990).

No entanto, devido tanto ao grau de subordinação a que seriam submetidas as multinacionais como também as exigências feitas com relação a transferência de tecnologia (em benefício das indústrias nacionais), as empresas transnacionais não se interessaram pelo projeto do governo. A educação da população continuou a ser negligenciada e, do mesmo modo, não se realizaram incentivos à implementação de P&D, de forma que o processo de industrialização prosseguiu com base na substituição de importações.

Ao condicionar o crescimento industrial interno à aquisição de tecnologia no exterior – sem que houvesse uma promoção de um gradativo processo de aprendizado tecnológico que viesse a favorecer a geração endógena de tecnologia – o Brasil acabou por enfraquecer a indústria nacional, subordinando os interesses da mesma aos grandes grupos multinacionais, o

que levou a restrição do avanço científico e tecnológico e a incapacidade de se promover um processo de crescimento econômico auto-sustentado.

TABELA 2.2
Indicadores de crescimento da economia brasileira (1970-1980)

Ano	População (em mil)	PIB per capita (US\$ de 1985)	Taxa de Crescimento do PIB per capita (em %)	Taxa de Investimento da Economia (% PIB)	Participação do Governo na Economia (% PIB)	PIB por trabalhador (US\$ de 1985)	Volume do Comércio Internacional (% PIB)
1970	95847	2463		19,8	11,9	7400	14,48
1971	98215	2691	9,3	20,2	11,5	7996	14,55
1972	100612	2946	9,5	21	11,2	8648	16,1
1973	103045	3289	11,6	23	11	9498	17,77
1974	105517	3501	6,4	24,5	10,1	10071	21,9
1975	108032	3541	1,1	26	11,2	10100	19,04
1976	110590	3834	8,3	23,7	10,9	10785	16,47
1977	113187	3931	2,5	22,6	9,8	10901	15,17
1978	115830	3939	2,0	22,7	10,1	10863	14,54
1979	118528	4120	4,6	21,1	10,2	11285	16,3
1980	121286	4320	4,8	22	9,4	11788	20,36

Fonte: Penn World Table Mark 5.6 atualizada por Summers e Heston (1991) .

Todavia, apesar dos ramos mais dinâmicos e rentáveis da economia estarem sob o domínio das empresas multinacionais, a indústria pesada nacional é instalada no país. A elevação de sua produção se deu devido a estímulos induzidos pelo governo, que se comprometeu em direcionar a demanda por bens de capital das empresas estatais à produção da indústria nacional. Este dinamismo “subsidiado” da indústria pesada nacional tem continuidade até meados de 1976, quando seu ritmo de crescimento declina, tendo como causa principal o redirecionamento da demanda estatal por bens de capital importados.

Essa contradição na política governamental se deu devido ao fato de que a relativa escassez de recursos internos (ocasionada tanto pelo elevado volume de importações do país como também pela elevação do pagamento do serviço da dívida), fez com que o país demandasse por financiamentos externos que, por sua vez, tiveram sua liberação condicionada à aquisição dos produtos industriais gerados nos países credores.

adotada pelo governo militar, ficando o aumento da capacidade produtiva industrial condicionado ao crescimento do volume de importações. Tudo isso conciliado a não adoção de uma política econômica de longo prazo que pudesse pôr fim a essa dependência internacional, tanto em termos financeiros como tecnológicos.

No que tange à sua não significância, isso pode ser observado pela análise da tabela 2.2 (levando-se em consideração um ano de defasagem em relação a sua repercussão na taxa de crescimento do PIB per capita – por exemplo, o retorno dos investimentos realizados em 1970 somente será constatado na taxa de crescimento do PIB per capita do ano de 1971), que nos mostra que somente durante o sub-período do Milagre (1970-1972) e no ano de 1974 os investimentos apresentaram uma repercussão importante para o crescimento econômico.

Com relação a participação do governo, pode-se verificar na regressão do quadro 2.5 que, durante os anos 70, a mesma foi positiva e significativa para o processo de crescimento econômico do Brasil. Isso explica-se pelo fato do elevado volume de gastos governamentais, destinados a dar suporte ao processo de industrialização vigente, ter favorecido uma maior dinamização da economia, com o governo desempenhando um papel atuante no que se refere à promoção da indústria nacional, seja através da concessão de uma variada gama de incentivos fiscais, creditícios e cambiais, seja, durante os anos de 1975 e 1976, beneficiando a produção de bens de capital através do direcionamento da demanda das empresas estatais para o mercado interno (conforme explicitado anteriormente).

Com a redução da demanda estatal pelos bens de capital produzidos internamente, o crescimento da economia do país se viu prejudicado devido a queda do dinamismo da atividade industrial doméstica. No entanto, apesar desse desestímulo à indústria nacional, o governo prosseguiu com o processo de industrialização substitutiva de importações – tendo como base a aquisição de insumos importados – porém, dessa vez, aliada à uma estratégia de estímulo às exportações, o que fez com que a economia voltasse a crescer a baixas taxas, em 1979 e 1980 (BRUM, 1995).

No que se refere ao volume do comércio internacional, pode-se observar um comportamento crescente de 1970 até 1974, devido ao elevado volume de importações realizado pelo Brasil, sendo que, a partir de 1975, o mesmo torna-se declinante (embora ainda apresente-se elevado) devido às dificuldades de importação enfrentadas pelo país, recuperando sua tendência ascendente somente em 1979, certamente em função do crescimento do volume de exportações do setor de bens de capital (tabela 2.2).

QUADRO 2.5
Participação dos investimentos, do comércio internacional e do governo na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão				
Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita				
Método: Mínimos quadrados ordinários				
Período: 1970 a 1980				
Observações incluídas: 10				
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	-0.308315	0.204972	-1.504186	0.1832
Investimento	-0.003677	0.006641	-0.553669	0.5998
Governo	0.041359	0.013104	3.156226	0.0197
Comércio Internacional	0.000184	0.005284	0.034735	0.9734
R ²	0.699617	Média da variável dependente		0.058422

A regressão do quadro acima traduz a influência positiva, mas não significativa, do comércio internacional para o processo de crescimento econômico durante a década de 70. Tendo em mente que o comércio internacional é aqui entendido como a soma das exportações e importações como proporção do PIB, sua influência positiva pode ter se dado em razão do papel das importações de máquinas e equipamentos, para a implantação da indústria de bens duráveis e bens de capital (importante para o processo de substituição de importações), caso contrário o parque industrial brasileiro continuaria sujeito a uma situação ainda maior de subordinação e dependência tecnológica externa.

No que se refere à sua baixa significância para explicar o crescimento econômico do país, pode-se afirmar que isto deu-se tanto em virtude das exportações de produtos industrializados terem se dinamizado somente na segunda metade da década de 70 – com a consolidação da indústria de bens de capital – como também devido a redução das importações, observadas durante os dois Choques do Petróleo, o que não possibilitou uma maior influência desta variável na taxa de crescimento da economia.

Vale ressaltar que os dois Choques do Petróleo levaram à uma deterioração na balança comercial do país sob dois ângulos. Em primeiro lugar, por ser o Petróleo um dos principais itens da pauta importadora brasileira, a elevação dos seus preços levou a um enorme prejuízo para o Brasil no que se refere ao encarecimento das importações desse bem, ou seja, para um mesmo volume de importações de petróleo o país passou a destinar uma quantidade muito maior de divisas.

Em segundo, as demais importações do país (sobretudo bens de capital) também tornaram-se mais caras. Isso deu-se devido ao ajuste externo realizado pelos países desenvolvidos, que procuraram repassar os impactos do choque do petróleo para seus parceiros comerciais através do encarecimento de suas exportações, isto é, elevaram os preços dos produtos que compõem a sua pauta exportadora objetivando reduzir o prejuízo oriundo da elevação dos preços do petróleo, prejudicando países como o Brasil, que têm o crescimento de seu parque industrial condicionado à importação de bens de capital destes países.

Na segunda metade dos anos 70 inicia-se uma preocupação com a endogeneização do progresso técnico e com a necessidade de se realizar maiores investimentos em programas de P&D, aliados a elevação da qualificação populacional. No entanto, apesar desta maior "conscientização" por parte do governo, isto não se realiza na prática, tendo em vista que, em primeiro lugar, o elevado grau de articulação das empresas multinacionais repele qualquer tentativa de fortalecimento da indústria nacional e que, em segundo, o governo acaba por ignorar tanto as atividades vinculadas a P&D como a qualificação de sua população.

Dessa forma, apesar das elevadas taxas de crescimento observadas durante o decorrer da década de 70 e do país ter apresentado uma taxa média de crescimento de 5,84% ao ano, não se conseguiu dar início a uma estratégia que visasse uma maior autonomia com relação ao progresso tecnológico, ou seja, a um processo de geração endógena de tecnologia, tendo ficado o crescimento da economia do país, como ocorrido nos anos 60, condicionado à aquisição de tecnologia dos países desenvolvidos.

2.4. O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 80

O país ingressa nos anos 80 com sua economia apresentando uma taxa de crescimento de certa forma razoável (4,85% em 1980), resultante tanto do processo de substituição de importações, que proporcionou uma maior consistência e diversificação do seu parque industrial, como também do dinamismo apresentado pelas exportações brasileiras, impulsionadas pela consolidação do setor produtor de bens de capital.

Porém, apesar do bom desempenho das exportações do país, que passa a incluir crescentemente em sua pauta exportadora os produtos manufaturados, as mesmas não cresceram a taxas suficientemente elevadas para superar as importações (devido a ausência de políticas mais eficazes que as direcionasse rumo a economias de escala), fazendo com que a

balança comercial fosse deficitária em US\$ 2 bilhões de dólares no ano de 1980¹⁶.

No início da década, a indústria brasileira já encontrava-se com capacidade de produzir internamente a maioria dos produtos antes importados. No entanto, apesar da implantação de uma moderna estrutura industrial, o país não havia atingido um grau satisfatório de autonomia no campo tecnológico, não sendo capaz de promover a geração endógena de tecnologia e, conseqüentemente, promover o auto-financiamento de seu processo de crescimento econômico.

Por outro lado, além da grande maioria da tecnologia utilizada internamente ser importada, não se verifica melhorias na qualificação da mão-de-obra, de forma que grande parte da população continuava analfabeta, inviabilizando maiores ganhos de produtividade para a indústria e à adoção de uma estratégia que possibilitasse o início de um processo de disseminação tecnológica no interior do país, o que veio a impedir a retomada do processo de crescimento econômico em bases sustentáveis.

Dessa forma, ao condicionar sua industrialização a tecnologias geradas exogênamente¹⁷, ou seja, geradas em outros países, e à estratégia de transformar o país em uma grande potência em um curto espaço de tempo – relegando para segundo plano o desenvolvimento tecnológico interno – o governo brasileiro conseguiu prejudicar o processo de crescimento econômico nacional na década de 80 sob dois ângulos:

- Em primeiro lugar, para poder financiar as aquisições de máquinas e equipamentos, necessários à implantação do seu moderno parque industrial, o governo precisou captar um elevado montante de recursos externamente (devido a pouca disponibilidade interna de recursos), promovendo a elevação da sua dívida externa; e
- Finalmente, a elevação dessa dívida externa aliada a constante necessidade de se adquirir financiamentos externos para elevar o volume de investimentos da economia – tendo em vista a dependência do setor industrial interno em relação às tecnologias externas – fez com que o país se transformasse em um potencial transferidor de recursos para o exterior, desviando recursos que poderiam ser invertidos na esfera produtiva interna para o pagamento do serviço da dívida.

16. Segundo dados do Banco Mundial

17. Com exceção da informática nacional que, ao ser beneficiada devido à reserva de mercado, resguardada por altas tarifas de importação, atingiu um razoável grau de autonomia tecnológica.

TABELA 2.3
Indicadores de crescimento da economia brasileira (1980-1990)

Ano	População (em mil)	PIB per capita (US\$ de 1985)	Taxa de Crescimento do PIB per capita (em %)*	Taxa de Investimento da Economia (% PIB)	Participação do Governo na Economia (% PIB)	PIB por trabalhador (US\$ de 1985)	Volume do Comércio Internacional (% PIB)
1980	121286	4320		22	9,4	11788	20,36
1981	124098	3992	-7,6	20,1	9,6	10944	19,22
1982	126962	3963	-0,7	18	10,2	10859	15,88
1983	129853	3750	-5,4	14,4	9,7	10265	20,42
1984	132730	3841	2,4	14,3	8,3	10478	21,48
1985	135564	4017	4,6	15,6	9,8	10977	19,34
1986	138357	4317	7,5	17,6	10,8	11733	15,17
1987	141105	4325	0,2	17	12,7	11797	15,65
1988	143803	4229	-0,2	16,3	12,6	11497	16,58
1989	146449	4274	1,1	15,9	14,5	11668	13,24
1990	149042	4029	-5,7	15,2	13,6	11041	12,66

Fonte: Penn World Table Mark 5.6 atualizada por Summers e Heston (1991) .

Conforme podemos observar na tabela 2.3, a partir de 1981 e até 1983 a economia passou a apresentar taxas negativas de crescimento do PIB per capita. Isso deu-se tanto em virtude da escassez de capital externo – tendo em vista a recessão econômica que se processava nos países desenvolvidos (devido ao ajuste de suas economias ao segundo choque do petróleo), o que fez com que se reduzisse o volume de investimentos produtivos no país – como também devido ao caráter recessivo das políticas de estabilização impostas pelo governo, o que acabou por prejudicar a performance da economia.

Em 1982, o sistema financeiro internacional suspende completamente a liberação de novos empréstimos ao Brasil (como também a todos os países endividados do terceiro mundo), o que leva ao colapso financeiro e à uma grave recessão. O Brasil passa a ser tutelado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que condiciona seu apoio ao pagamento da dívida externa, atendendo assim os interesses dos credores internacionais (BRUM,1995).

Até 1983, o PIB per capita apresenta uma taxa de crescimento negativa, em virtude da política econômica recessiva imposta pelo FMI, que fez com que houvesse uma queda abrupta dos investimentos e, conseqüentemente, das atividades econômicas em geral. A partir de 1984,

verifica-se uma tímida recuperação na taxa de crescimento da economia devido, principalmente, a recuperação da economia norte-americana, que fez com que se elevassem as exportações brasileiras.

A afirmação acima condiz com a clássica análise de Antonio Barros de Castro, desenvolvida já na metade dos anos 80, onde afirma que os grandes projetos do II PND, pela sua complexidade e longo prazo de maturação, teriam começado a produzir resultados visíveis somente a partir de 1983 e 1984 (LACERDA et al, 2000). Seguindo essa corrente, podemos interpretar que a capacidade produtiva instalada na indústria brasileira só proporcionou – como contrapartida dos investimentos nela realizados – um retorno positivo, visível através da elevação das exportações, a partir de 1984.

Já o crescimento econômico, observado ao longo do ano de 1985 (primeiro ano do regime democrático no país após 21 anos de ditadura militar), foi impulsionado tanto pela elevação da renda rural (proporcionada pela boa safra agrícola), como pela elevação da renda da população (proporcionada pelos reajustes salariais concedidos pelo governo), que aqueceram a demanda por produtos industrializados, dinamizando a economia (LACERDA et al. 2000).

Em 1986 o crescimento ainda é derivado do aquecimento do mercado interno, porém a elevação da demanda interna também é resultante da redução da inflação em razão do plano de estabilização econômica do governo (Plano Cruzado) que, ao acabar com o mecanismo da indexação, fez com que as pessoas direcionassem suas poupanças para o consumo de bens industrializados, sobretudo bens de consumo duráveis.

A partir de 1987 a taxa de crescimento da economia se reduz abruptamente, como resultado da elevação da inflação, não mais se recuperando. A inflação atinge patamares jamais observados no país (933,6% e 1764,86% em 1988 e 1989 respectivamente), reduzindo a força dos investimentos na economia, pelo fato dos agentes econômicos se direcionarem a especulação financeira, ou seja, à administração dos elevados índices inflacionários, do que a administração dos seus empreendimentos (LACERDA et al, 2000).

2.4.1. ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA

No que se refere a participação dos investimentos no processo de crescimento econômico, podemos observar na regressão do quadro 2.6 que a mesma foi significativa mas, no entanto, relacionou-se negativamente com o crescimento do PIB per capita. Sua participação negativa pode ser explicada pelo grau de dependência em que se encontrava a economia do país

(como resultado da política econômica adotada durante o governo militar, conforme descrito anteriormente), que teve seu dinamismo condicionado à obtenção de recursos no exterior sem que se buscasse promover uma gradativa autonomia do processo de crescimento econômico.

QUADRO 2.6

Brasil: Participação dos investimentos na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão				
Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita				
Método: Mínimos quadrados ordinários				
Período: 1980 1990				
Observações incluídas: 10				
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	0.212635	0.090650	2.345676	0.0470
Investimentos	-0.012766	0.005247	-2.432894	0.0410
R ²	0.425245	Média da variável dependente		-0.005919

Desse modo, tanto a escassez de recursos externos, como o aumento das transferências líquidas para o exterior (destinados ao pagamento do serviço da dívida externa) reduziram o volume de recursos destinados aos investimentos, não contribuindo, conseqüentemente, para promover um maior crescimento econômico.

No que tange à participação do governo na taxa de crescimento do PIB per capita, o quadro 2.7 permite visualizar a não significância e a relação negativa da variável em análise. Isto pode ser explicado pela degradação da administração governamental, que se viu impossibilitada de viabilizar a continuidade do seu modelo de crescimento econômico, baseado unicamente na rápida industrialização substitutiva de importações.

Dessa maneira, o Estado perde a capacidade de financiar a expansão industrial e as demais atividades econômicas, em razão da indisponibilidade de crédito a nível internacional e da redução de sua capacidade de poupança (queda de suas receitas e aumento de suas despesas com os juros da dívida) esgotando, assim, as possibilidades de retomada, pelo menos a curto prazo, do processo de crescimento da economia.

Conforme pode-se constatar na regressão do quadro 2.8, o volume do comércio internacional apresenta uma relação positiva, porém insignificante, com o crescimento econômico do país, durante os anos 80. Sua participação positiva pode ser explicada pelo aumento do

volume das exportações, notadamente a partir da segunda metade dos anos 80, que configurou-se como sendo uma saída para a indústria nacional, em virtude da retração do mercado interno.

QUADRO 2.7
Brasil: Participação do Governo na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão				
Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita				
Método: Mínimos quadrados ordinários				
Período: 1980 1990				
Observações incluídas: 10				
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	0.094685	0.089575	1.057046	0.3214
Governo	-0.009350	0.008210	-1.138899	0.2877
R ²	0.139516	Média da variável dependente		-0.005919

Quanto a sua insignificância, esta pode ser entendida pela compressão das importações (causada pela necessidade de se manter sucessivos superávits na balança comercial, em virtude da crise da dívida), que promoveu a defasagem do parque industrial brasileiro e prejudicou sua competitividade perante seus concorrentes internacionais, afetando o crescimento da economia.

QUADRO 2.8
Brasil: Participação do comércio internacional na taxa de crescimento do PIB per capita

Regressão				
Variável dependente: Taxa de crescimento do PIB per capita				
Método: Mínimos quadrados ordinários				
Período: 1980 a 1990				
Observações incluídas: 10				
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro</i>	<i>Estatística-t</i>	<i>Probabilidade</i>
C	-0.143301	0.097810	-1.465086	0.1811
Comércio Internacional	0.007747	0.005456	1.219851	0.1934
R ²	0.201276	Média da variável dependente		-0.005919

Dessa forma, a década de 80 é caracterizada pela estagnação da economia do país como consequência da estratégia de industrialização adotada pelo governo (industrialização substitutiva de importações) e do modelo que visava tornar o Brasil uma potência mundial

emergente através de um rápido crescimento econômico que, por sua vez, era baseado em elevado endividamento externo.

Dessa maneira, a crise da dívida aliada, aos elevados índices inflacionários (que levaram à adoção de medidas recessivas), foi a principal causadora da perda do dinamismo econômico do país, durante a década de 80. A partir de então observa-se a escassez de recursos (tanto em âmbito interno como externo) e, conseqüentemente, a redução dos investimentos e das importações (que, apesar da implantação do setor produtor de bens de capital, ainda exerciam fundamental importância para a taxa de crescimento do PIB per capita).

Conclui-se que o Brasil industrializou-se e, desse modo, auferiu um relativo grau de aprendizado tecnológico. Porém, apesar da implantação do setor produtor de bens de capital, a modernização de seu parque industrial continuou à exigir importações de bens de capital, o que permite afirmar que o motor do crescimento econômico (a capacidade de gerar inovações tecnológicas) ainda não havia sido internalizado pelo país.

Sendo assim, a economia encontrou-se estagnada no período em questão (década de 80), com o PIB per capita apresentando uma taxa média de crescimento negativa (- 0,59% ao ano) , ficando os anos 80 conhecidos como a “Década Perdida” para a economia Brasileira.

2.5 O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: SÍNTESE DO PERÍODO

O Brasil ingressa nos anos 60 com a presença de um parque industrial produtor de bens de consumo não-duráveis (têxtil, bebidas, indústria alimentícia, etc.), implantado na segunda metade dos anos 50. No final da década (1968), com a estabilização da economia, é retomado o processo de crescimento econômico, devido ao início da segunda fase da estratégia de industrialização substitutiva de importações, que visava a implantação de um parque industrial produtor de bens de consumo duráveis.

A partir de então, o volume do comércio internacional passa a ser um importante fator para o crescimento da economia do país, tendo em vista que a implementação deste setor necessitava, indispensavelmente, da importação de bens de capital para sua consolidação. Essa estratégia do governo, que condicionava o rápido crescimento da economia à importação de bens de capital, prosseguiu na década de 70, com a terceira fase do processo de industrialização substitutiva de importações, que logrou implementar o setor produtor de bens de capital no país, o

que promoveu a modificação de sua pauta exportadora – fazendo com que a mesma passasse a ser constituída, em sua maior parte, por produtos industrializados.

GRÁFICO 2.1



Contudo, apesar dos incentivos concedidos à atividade exportadora, notadamente a partir do final dos anos 70, não se verifica, durante a maior parte do período, a presença de uma política eficaz para o fomento das exportações. Dessa forma, a elevação das importações – sem a contrapartida de um aumento significativo das exportações, para seu financiamento – aliada as elevações dos juros externos levou a uma crescente elevação da dívida externa, o que contribuiu para o colapso desse modelo na década de 80.

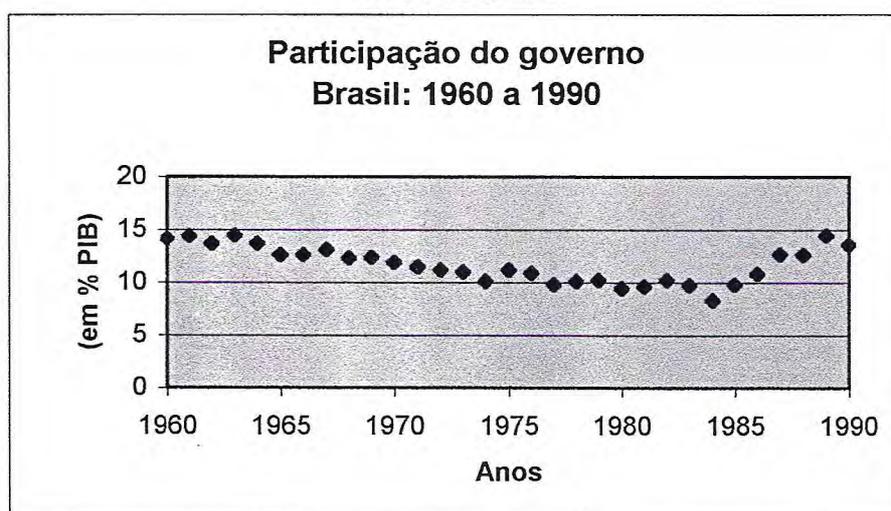
Apesar de sua importância no processo de crescimento da economia brasileira, a performance do volume do comércio internacional foi prejudicada no início da década de 60 (devido à instabilidade econômica interna, que fez com que se reduzisse a disponibilidade de recursos necessários as importações, indispensáveis para o progresso industrial do país) e durante a década de 70 (em razão dos dois choques do petróleo, que abateram as exportações e importações do país). Todavia, essa variável apresentou um comportamento ascendente ao longo dos anos 70 e 80, como podemos observar no gráfico 2.1.

Com relação à participação do governo na economia, pode-se afirmar que a mesma mostra-se positiva somente na década de 70, sendo muito significativa para explicar a taxa de crescimento do PIB per capita ao longo deste período. Isso deu-se pelo fato dos gastos governamentais, destinados a dar apoio ao processo de industrialização vigente, ter favorecido

uma maior dinamização da economia, com o governo exercendo um papel ativo no que se refere a promoção da indústria nacional.

Nas demais décadas (60 e 80) sua participação foi negativa, sendo significativa somente nos anos 60. Sua participação negativa pode ser comprovada durante todo o período em que observa-se um elevado grau de instabilidade tanto em âmbito político como econômico e social, com à adoção de planos recessivos, que levaram a estagnação da economia.

GRÁFICO 2.2



Sua significância na década de 60 pode ser entendida através da promoção do arcabouço necessário (em fins dos anos 60) para restabelecer a credibilidade junto aos credores internacionais e, assim, promover a retomada do processo de crescimento econômico, a partir de 1968. No que diz respeito a década de 80, sua insignificância pode ser atribuída a incapacidade do setor público em promover a continuidade do processo de crescimento econômico através da modernização do parque industrial nacional, tendo em vista que a crise da dívida, aliada a falência do estado, levou a escassez das divisas necessárias a dar prosseguimento ao crescimento do país.

Já com relação à participação dos investimentos na taxa de crescimento do PIB per capita, a mesma mostrou-se positiva somente na década de 60, porém foi insignificante para explicar o crescimento da economia. Isso deu-se devido à relativa escassez de recursos externos, situação esta que só foi contornada no final da década, o que acabou por prejudicar a eficiência dessa variável. No entanto, podemos constatar no gráfico 2.3 que os anos em que se observa uma tendência ascendente desta variável coincidem com os anos em que a economia do país apresentou maiores taxas de crescimento (Milagre Econômico – 1968 a 1973).

No entanto, durante as décadas de 70 e 80 essa variável apresentou uma atuação negativa, sendo significativa somente na década de 80. A razão desse resultado estatístico inesperado da taxa de investimentos deriva, provavelmente, do condicionamento do crescimento econômico à elevação das importações – em detrimento de uma autonomia industrial interna no que concerne a geração endógena de tecnologia – que, por sua vez, eram condicionadas à captação de recursos externos. Dessa forma, em épocas de retração da economia internacional observava-se a escassez de divisas externas, como também a deterioração nos termos de intercâmbio, prejudicando demasiadamente a taxa de crescimento do PIB per capita.

GRÁFICO 2.3

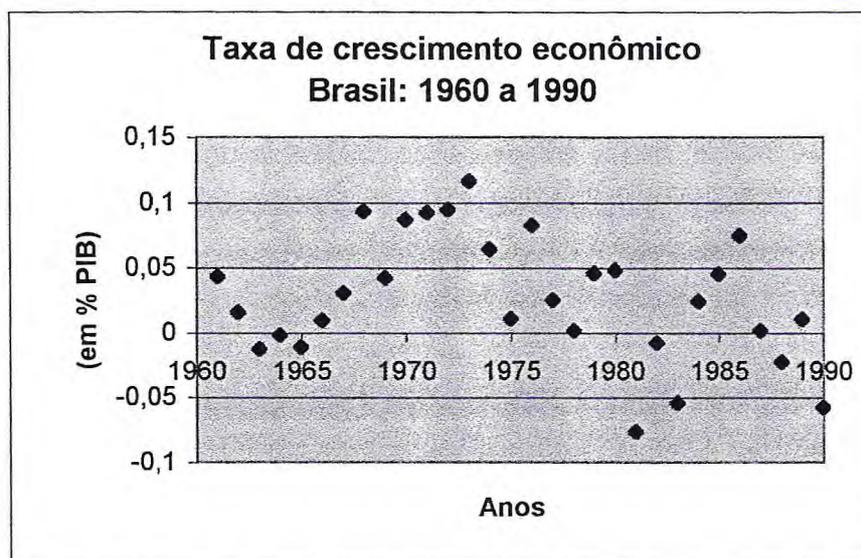


Quanto à qualificação da mão-de-obra, não se observa ganhos de produtividade ao longo do período em estudo, mantendo-se a mesma praticamente inalterada no decorrer da década de 80. A causa disso foi o descaso das autoridades governamentais em relação à promoção de um programa educacional que reduzisse significativamente as altas taxas de analfabetismo presentes no país, em torno de 19% da população em 1990 (BANCO MUNDIAL, 1994).

Apesar dos ciclos de crescimento experimentados pela economia do país, ou seja, tendo em vista as oscilações na taxa de crescimento do PIB per capita ao longo do período, o país consegue industrializar-se ainda na década de 70, com a conclusão da última etapa de seu processo de industrialização substitutiva de importações (implantação do setor produtor de bens de capital). Dessa forma, no ano de 1992 a indústria já apresentava uma participação de 37% no PIB brasileiro, enquanto a participação do setor agrícola situava-se em 11% do PIB. Com relação

ao setor de serviços, o mesmo manteve-se praticamente estável ao longo do período, elevando sua participação de 49% em 1960 para 52% PIB em 1992 ¹⁸.

GRÁFICO 2.4



O consumo privado eleva-se de 5,4% em 1960 para 8% ao ano na década de 70 , reduzindo-se drasticamente na década de 80 (1,8% ao ano), demonstrando com isso as grandes perdas salariais ocorridas neste período, advindas das elevadas taxas de inflação, como também do caráter recessivo dos planos econômicos que visavam combatê-la. Essa taxa de crescimento do consumo privado de certa forma retrata a perda de dinamismo da economia do país na década de 80.

Para concluir, apesar das dificuldades econômicas dos anos 80, a combinação das variáveis explicativas utilizadas permitiram que a economia do país apresentasse uma taxa de crescimento de 2,9 % ao ano durante todo o período em estudo (1960 a 1990), promovendo a implantação de um moderno parque industrial no país. No entanto, não se conseguiu endogeneizar o progresso técnico, fonte geradora de crescimento econômico, ficando o país condicionado a importação de tecnologia dos países desenvolvidos, o que contribuiu para o agravamento de sua dependência externa.

18. Segundo dados colhidos do Banco Mundial.

3. AS ECONOMIAS BRASILEIRA E SUL COREANA NO CONTEXTO DOS ANOS 90: ANÁLISE E COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS

O Brasil e a Coréia do Sul adotaram, de certa forma, políticas distintas de desenvolvimento industrial e, por conseguinte, auferiram resultados opostos no que concerne à repercussão dessa industrialização nos seus respectivos processos de crescimento econômico. Este capítulo tem por finalidade apresentar os resultados alcançados por ambos os países no desenrolar dos anos 90, bem como promover uma análise comparativa de ambas as economias, evidenciando quais as principais diferenças e pontos de estrangulamento em seus respectivos processos de crescimento econômico.

3.1. A ECONOMIA SUL-COREANA: CRESCIMENTO, ESTAGNAÇÃO E RECUPERAÇÃO PÓS-CRISE

A Coréia do Sul ingressa nos anos 90 embalada pelo bom desempenho apresentado por sua economia nas décadas anteriores. Desse modo, os frutos da estratégia adotada continuam a ser colhidos pelo país, de forma que no período de 1990 a 1995 o mesmo apresenta uma taxa média de crescimento na ordem de 7,8% ao ano ¹⁹.

Essa elevada taxa de crescimento, apresentada pela economia na primeira metade dos anos 90, é resultante, sobretudo, do elevado volume de investimentos que ainda se fazia presente no país (36,7% ao ano entre 1990 e 1995²⁰). Tal aporte de recursos se fazia necessário para dar suporte aos Chaebols que, apesar da relativa autonomia alcançada no campo tecnológico, ainda dependiam da importação de tecnologia japonesa e ocidental.

Com relação aos Chaebols, seu bom desempenho nessa primeira metade da década pode ser atribuído tanto ao incentivo concedido pelas políticas industriais e de financiamento como também à participação ativa do governo, que continuou a atuar como um “Estado Empresário”, na medida em que além de operar na captação de recursos e na orientação dos investimentos – buscando direcioná-los para setores estratégicos e, com isso, conferir-lhes uma maior eficiência – exercia um elevado grau de protecionismo sobre a indústria nacional.

“ No que diz respeito aos investimentos e à poupança das corporações, (...), o governo teve um papel fundamental na elevação e sustentação da propensão a investir das corporações.

19. Dados colhidos do artigo de Pierre Salama: “Du productifit au financier et du financier au productifit en Asie et Amérique Latine.

20. Idem 19.

Fez uso de políticas financeiras e de competitividade, entre outras, para criar 'rendas' que impulsionaram os lucros das corporações, porém tomando medidas também para garantir que essas 'rendas' não fossem consumidas, mas sim transformadas em investimentos. Com a benção do governo, senão sobre seu controle direto, o sistema financeiro operou de maneira que os administradores pudessem trabalhar com estratégias de investimentos de longo prazo, em vez de estarem limitadas a metas de curto prazo relacionadas a lucratividade e ganhos com ações " (SINGH, 1997, p.40).

Quanto ao volume do comércio internacional, este continuou a ser uma variável significativa para o crescimento da economia sul-coreana. Isso pode ser afirmado por dois motivos:

- Em primeiro lugar, a estratégia adotada, não só pela Coréia do Sul mas pela grande maioria dos países do Leste e Sudeste Asiático – inclusive o Japão – prescindia de um elevado volume de exportações para contrabalançar a falta de demanda agregada doméstica; e
- Finalmente, como salientado a pouco, os Chaebols ainda eram dependentes das importações de tecnologias japonesas e ocidentais, o que veio a tornar ainda mais importante o papel desta variável para o processo de crescimento econômico deste país.

Vale ressaltar que a inserção da economia sul-coreana no comércio internacional deu-se de forma consistente, ou melhor, articulada. Ao aderir à estratégia de internacionalização dos mercados (globalização) a Coréia do Sul não abriu sua economia de forma abrupta, e sim de uma forma estratégica, concedendo amplos horizontes para suas exportações mas, no entanto, restringindo a entrada de importações não essenciais para o país.

Todavia, a performance do volume do comércio internacional foi prejudicada já em meados da década de 90. Isso deu-se tanto pelo fato dos salários terem crescido demasiadamente, ao ponto de prejudicar a competitividade das indústrias e, conseqüentemente, de suas exportações, como também pelo fato da China – por ser um país que dispõe de uma mão-de-obra farta e barata – ter tomado grande parte do mercado, reduzindo as exportações sul-coreanas (como também dos demais Tigres Asiáticos).

A necessidade de se continuar à importar fez com que a Coréia do Sul passasse a apresentar crescentes déficits comerciais que levaram a uma elevada fuga de capitais e a um agravamento da especulação, o que acabou por prejudicar seu sistema bancário. Em agosto de 1997, um novo ataque especulativo provocou uma forte desvalorização da moeda sul-coreana, e o país ingressou em uma profunda crise financeira. Vale lembrar que estes efeitos se processaram

basicamente do mesmo modo nos demais Tigres (Taiwan, Hong Kong e Cingapura), como nos NIC's (New Industrialized Countries) ²¹ e, finalmente, no Japão, o que veio a caracterizar a chamada Crise Asiática²².

A partir de então as conseqüências foram desastrosas: redução do volume de investimentos, queda na produtividade, elevação da taxa de juros, falências, desemprego, reduções dos salários, agravamento da inflação, fuga de capitais ²³, dentre outras que, em conjunto, acabaram por conduzir a economia da Coreia do Sul a uma profunda recessão no ano de 1998. Vários conglomerados enfrentaram graves dificuldades, de forma que o governo foi obrigado a intervir no conglomerado KIA ²⁴ para evitar sua falência.

Porém, vale a ressalva que a desvalorização da moeda sul-coreana teve seu lado positivo: além de reduzir as importações, fez com que as exportações do país se tornassem mais competitivas, com preços imbatíveis perante seus concorrentes, o que veio a impulsionar a produção doméstica e a favorecer uma progressiva recuperação das contas externas. No entanto, por outro lado, tem levado a uma deterioração nos termos de troca, ou seja, para importar a mesma quantidade de produtos, a economia precisa exportar uma quantidade de mercadorias cada vez maior.

Com o intuito de evitar um colapso em sua economia o governo recorre, em novembro de 1997, ao Fundo Monetário Internacional (FMI), pedindo um empréstimo de emergência da ordem de US\$ 57 bilhões, além de promover uma profunda reestruturação na economia de seu país. A partir daí a taxa de crescimento econômico cai abruptamente, tendo em vista que, em virtude do "pacote" imposto pelo FMI, as autoridades sul-coreanas comprometeram-se a cumprir rígidas medidas macroeconômicas destinadas a retomar a estabilidade e restabelecer a confiança dos investidores internacionais (CANUTO, 1999).

Em virtude da crise e das medidas de austeridade impostas pelo FMI, o país apresentou uma taxa de crescimento do PIB per capita negativa em 1998 (- 7,4%) ²⁵, o que vem a evidenciar a forte recessão da economia sul-coreana.

21. Novos países industrializados da Ásia que vem trilhando o mesmo caminho dos Tigres. São eles: Malásia, Tailândia e Indonésia.

22. Crise iniciada em julho de 1997 e que foi caracterizada pela desvalorização de preços locais em relação ao dólar, falências, desemprego e forte recessão que afetou a grande maioria dos países asiáticos.

23. Para ingressar no país, investidores externos trazem dólares, convertem em reais e realizam suas operações. Ao primeiro sinal de que se tornou arriscado ou desvantajoso permanecer no país, estes investidores compram dólares novamente e os remetem ao exterior, caracterizando a fuga de capitais.

24. Indústria automobilística sul-coreana.

25. Segundo dados do Banco Mundial.

No entanto, a partir deste ano o país começa a apresentar sinais de recuperação, tendo em vista que a queda na produção passa a ser gradativamente revertida, a credibilidade perante o mercado internacional recuperada (com suas reservas situando-se em US\$47 bilhões), a taxa de câmbio fortalecida e os juros reduzidos a níveis abaixo dos vigentes antes da crise eclodir (CAMDESSUS, 1999).

De fato, em 1999 o país recuperou o dinamismo apresentado no início da década de 90, com sua economia crescendo a uma taxa de aproximadamente 9%. Dois fatores foram fundamentais para essa reversão. Em primeiro lugar, o elevado desempenho de suas exportações – que apresentaram um crescimento de 22% no período compreendido entre dezembro de 1998 e novembro de 1999 – como resultado das vendas de produtos eletrônicos, sobretudo semicondutores. Em segundo lugar, o Estado exerceu novamente um papel primordial ao atuar na reestruturação do setor financeiro, logo após o início da crise, impedindo que a mesma deixasse maiores seqüelas sobre a atividade produtiva, o que veio a favorecer essa posterior elevação das exportações e a retomada do crescimento econômico (CANUTO, 1999).

Desse modo, a economia sul-coreana vem reerguendo-se progressivamente, tendo como motor as exportações de produtos de alto conteúdo tecnológico (eletrônicos, componentes para computador, carros, etc.), portanto, de maior valor agregado, o que lhes confere um dinamismo de mercado acima da média. Esse bom desempenho das exportações tem gerado efeitos positivos sobre o volume de investimentos, que se eleva como resposta aos estímulos da demanda externa e do aquecimento do consumo privado doméstico.

Vale lembrar que a estratégia adotada pelo governo sul-coreano também configurou-se como um importante aliado para sua recuperação. Isto pode ser afirmado tendo em vista que a elevada qualificação de sua população (derivada de maciços investimentos em educação), o aprendizado tecnológico (proporcionado tanto pelos investimentos em pesquisa e desenvolvimento como pelo monitoramento do Estado) e a qualidade da inserção produtiva e comercial (que conferiu maior protecionismo indústrias domésticas, elevando sua competitividade e ampliando os mercados para suas exportações) possibilitaram um ambiente propício para a recuperação da atividade industrial e para a retomada do processo de crescimento econômico.

A Coréia do Sul avança rumo ao século XXI dando prosseguimento a seu processo de internacionalização, com grandes investimentos nas mais diversas áreas do mundo (Sudeste asiático, China, Rússia, América Latina e Europa), com uma renda per capita em torno de US\$

10.000, com uma baixa taxa de desemprego (3%) e analfabetismo (abaixo dos 5%)²⁶ e com a perspectiva de finalizar o até então êxito ciclo de defesa contra a crise.

3.2 O BRASIL EM UM CONTEXTO DE CRISE: A DÉCADA DE 90

Os impactos da crise da década anterior (Década Perdida) continuavam a abalar profundamente a economia brasileira. Os elevados índices de inflação ainda se faziam presentes, não tendo a economia conseguido proceder a um ajuste interno que levasse à estabilização e à superação da profunda recessão em que se encontrava²⁷. A escalada inflacionária, iniciada ainda nos anos 80, pode ser observada na tabela abaixo, que nos dá a taxa anual de inflação no período de 1985 a 1998.

TABELA 3.1
Taxa de inflação anual (1985-1998)

Ano	%	Ano	%
1985	235,1	1992	988,0
1986	65,0	1993	2.087,0
1987	415,8	1994	2.312,0
1988	1.037,6	1995	75,0
1989	1.782,9	1996	9,0
1990	2.596,0	1997	4,8
1991	421,0	1998	-1,79

Fonte: IBGE, 1998.

Portanto, o Brasil ingressa nos anos noventa com sua economia completamente desestruturada, com um parque industrial, em sua grande maioria, sucateado, isto é, com vários anos de defasagem tecnológica em relação a seus concorrentes externos – devido a fulminante redução de suas importações na década anterior – e impossibilitado, pelo menos a curto prazo, de promover a retomada de seu processo de crescimento econômico.

No entanto, com a posse do novo Presidente da República, Fernando Collor de Mello (1990-1992), o país inicia uma nova fase, em termos de política econômica: o governo – apesar de continuar tendo como preocupação básica a estabilização da economia, tendo em vista ser este o arcabouço necessário para alicerçar qualquer política econômica mais consistente – iniciou

27. A economia apresentou uma taxa de crescimento negativa em 1990 (-4,3%) e em 1992 (-0,51%) sendo positiva, porém irrisória, em 1991(1%), segundo dados do IBGE (LACERDA et al, 2000, p.220).

uma política deliberada de abertura da economia brasileira ao comércio internacional, de fomento as privatizações, de desregulamentação dos mercados e de renegociação da dívida externa brasileira.

As renegociações da dívida, associadas à queda da taxa de juros no mercado internacional, promoveram um alívio no peso do endividamento do PIB. Além disso, essa estratégia possibilitou a liberalização da importação de bens de capital para a indústria mas, por outro lado, favoreceu, em largo espectro, a importação de bens de consumo, tanto de bens duráveis como não-duráveis.

Este processo de abertura, tanto comercial como financeira, da maneira como foi realizado, constituiu-se em um choque para a indústria nacional, que teve de adaptar-se bruscamente aos novos padrões de concorrência e competitividade impostos por seus novos parceiros comerciais. Vale lembrar que, se por um lado as indústrias nacionais se viram prejudicadas com a concorrência das importações, por outro obtiveram um incentivo adicional para aguçar sua competitividade, tendo em vista a conquista de sua “fatia” no mercado externo.

“A abertura provocou uma profunda reestruturação industrial no Brasil, trazendo benefícios para os consumidores pela maior disponibilidade de bens e serviços, com melhores preços e tecnologia, embora com impactos negativos sobre o nível de emprego. A abertura brasileira se deu em condições particulares, sem que os fatores de competitividade sistêmica fossem adaptados, o que provocou um desafio exemplar para os produtores locais. Estes, ao contrário dos concorrentes internacionais, foram prejudicados com elevada tributação e juros elevados, carência de infra-estrutura e excessiva burocracia” (LACERDA et al, 2000, p.186).

O processo de inserção internacional da economia brasileira teve continuidade nos governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994 em diante), sendo mais intensificado neste último, que acaba por consolidar este novo modelo econômico, que abdica dos antigos papéis cumpridos pelo Estado e atribui ao setor privado a função de alavancar o crescimento econômico do país.

Contraditoriamente, ao promover essa abertura indiscriminada da economia, o setor público acaba por enfraquecer a indústria nacional, prejudicada por uma concorrência avassaladora que, somada ao seu atraso tecnológico – devido a carência de investimentos na década anterior – e à falta de apoio por parte do Estado – tendo em vista o descaso governamental em relação à implementação de políticas protecionistas – acaba por promover um grande número de pedidos de concordatas e falências.

Paralelamente, pode-se observar a presença de uma nova onda de privatizações – notadamente no ramo da siderurgia – e de quebra de monopólios estatais (energia elétrica e comunicações, por exemplo), o que vem levando a um forte processo de desnacionalização da indústria brasileira. Os números deste processo de privatização podem ser observados na tabela 3.2.

TABELA 3.2
Resultado das privatizações no âmbito federal – 1991/1998 (US\$ bilhões)

Período	Nº de privatizações	Resultado de vendas	Transferência de débitos	Total
1991	04	1,61	0,37	1,98
1992	14	2,40	0,98	3,38
1993	06	2,62	1,56	4,18
1994	09	1,96	0,35	2,31
1995	08	1,00	0,63	1,63
1996	11	4,08	0,67	4,75
1997	04	4,26	3,56	7,78
1998	04	1,33	1,08	2,42
Total	60	19,29	9,20	28,49

Fonte: LACERDA et al. 2000, P.197.

Pode-se falar em desnacionalização devido ao grande processo de inserção do capital estrangeiro em diferentes segmentos da economia. Em 1998, o mesmo já predominava em diversos setores como, por exemplo, na indústria automotiva (93%), no setor de higiene, limpeza e cosméticos (89%), na indústria eletroeletrônica (79%) e no setor de telecomunicações (75%). A desvantagem reside no fato de que estas corporações transnacionais tendem a concentrar suas decisões estratégicas nos seus países de origem, em suas matrizes, o que vem a limitar os investimentos em P&D no Brasil, dificultando a capacidade de absorção e geração de novos produtos e processos. (BATISTA, 1998).

No entanto, esse processo de abertura da economia brasileira proporcionou um incremento no volume do comércio internacional, que intensificou-se demasiadamente a partir de 1992. Isso pode ser observado na tabela 3.3, que mostra o comportamento das exportações e importações nos anos de 1980 a 1997. Verifica-se, assim, que no período de 1980 a 1994, com exceção de 1980, a balança comercial foi sempre superavitária.

Todavia, como salientado no capítulo anterior, isto deu-se mais em virtude da compressão das importações do que da elevação das exportações, tendo em vista que as últimas permaneceram praticamente constantes, entre 1980 e 1987. Porém, a partir de 1992 as exportações tiveram uma tendência ascendente sendo, no entanto, acompanhadas pelo crescimento das importações, agravado com a valorização da moeda brasileira em 1994.

TABELA 3.3
Desempenho da balança comercial brasileira
(US\$ bilhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo da balança comercial
1980	20,1	23,0	-2,9
1981	23,3	22,1	1,2
1982	20,2	19,4	0,8
1983	21,9	15,4	6,5
1984	27,0	13,9	13,1
1985	25,6	13,2	12,4
1986	22,3	14,0	8,3
1987	26,2	15,1	11,1
1988	33,8	14,6	19,2
1989	34,4	18,3	16,1
1990	31,4	20,7	10,7
1991	31,6	21,0	10,6
1992	35,8	20,6	15,2
1993	38,6	25,3	13,3
1994	43,5	33,1	10,4
1995	46,5	49,9	-3,4
1996	47,7	53,3	-5,6
1997	53,0	61,4	-8,4

Fonte: LACERDA et all, 2000, p.149.

Portanto, a participação do volume do comércio internacional, por uma lado, proporcionou a importação das máquinas e equipamentos necessários para revitalizar a indústria doméstica, fato esse que conferiu um maior dinamismo à produção nacional, explicando tanto a elevação das exportações como a taxa de crescimento do PIB no ano de 1993 (4,01%). Mas, por outro lado, levou a uma concorrência frustrante para a grande maioria das empresas nacionais que se viram

impossibilitadas de competir, pelo menos a curto prazo, com a produção das gigantescas empresas multinacionais, que acabaram por absorver grande fatia do mercado interno brasileiro.

No último ano do governo Itamar Franco, com a economia retomando seu crescimento, com desindexação em marcha e reservas cambiais de US\$ 40 bilhões, em junho de 1994, o governo encontra condições para implementar um novo plano de estabilização da economia, o Plano Real. Este contemplava três etapas (SOUZA, 1997):

- Instituição do Fundo Social de Emergência, composto por cerca de US\$15 bilhões, destinado a cobrir despesas nos anos de 1994 e 1995, para equilibrar as contas públicas sem emissão de moeda;
- Criação da Unidade Real de Valor (URV) em março de 1993. Tratava-se de um indexador, equivalente a um dólar, em torno do qual fixava livremente os preços em cruzeiro;
- Transformação da URV em Real, em julho de 1994.

Este plano logrou reduzir a inflação de 2312,0% ao ano em 1994, para 75,0% ao ano, em 1995, chegando a 9,0% em 1996. Apesar desse relativo sucesso no que diz respeito à estabilização dos preços, a moeda, o Real, ficou sobrevalorizado em relação ao dólar, no período de 1994 a 1998, tornando as importações mais baratas e, com isso, promovendo uma enxurrada de produtos importados no país, na tentativa de reduzir os preços dos similares nacionais e torná-los mais competitivos. Porém, contraditoriamente, a competitividade das exportações Brasileiras foi reduzida.

Além disso, com o intuito de manter a moeda sobrevalorizada e na tentativa de elevar a entrada de recursos externos no país, o governo viu-se obrigado a praticar uma política de juros elevados, aumentando os encargos da dívida e, conseqüentemente, o déficit do governo. A taxa de desemprego se elevou em função da recessão (1998) provocada pela alta dos juros e pela abertura da economia. A inflação foi controlada com a ajuda da sobrevalorização da taxa de câmbio mas, no entanto a dívida federal elevou-se abruptamente.

“ A combinação da redução das alíquotas de importação com a valorização da moeda local e a ineficácia, quando não inexistência de mecanismos de proteção ao dumping e a práticas desleais de comércio internacional tem causado um pesado ônus ao país, provocando a substituição da produção local por importações, mesmo em setores com boa capacidade produtiva” (LACERDA et all, 2000, p.214).

Portanto, pode-se afirmar que a participação do governo foi positiva no sentido de promover a estabilização da economia, com a mesma apresentando uma taxa de inflação negativa em 1998. No entanto, o crescimento do país foi severamente comprometido por esta estratégia, devido tanto à alta dos juros – que direcionavam recursos que poderiam ser alocados em atividades produtivas para a especulação – como pela sobrevalorização do Real durante o início do plano – que prejudicou ainda mais a indústria nacional devido à perda de competitividade de suas exportações.

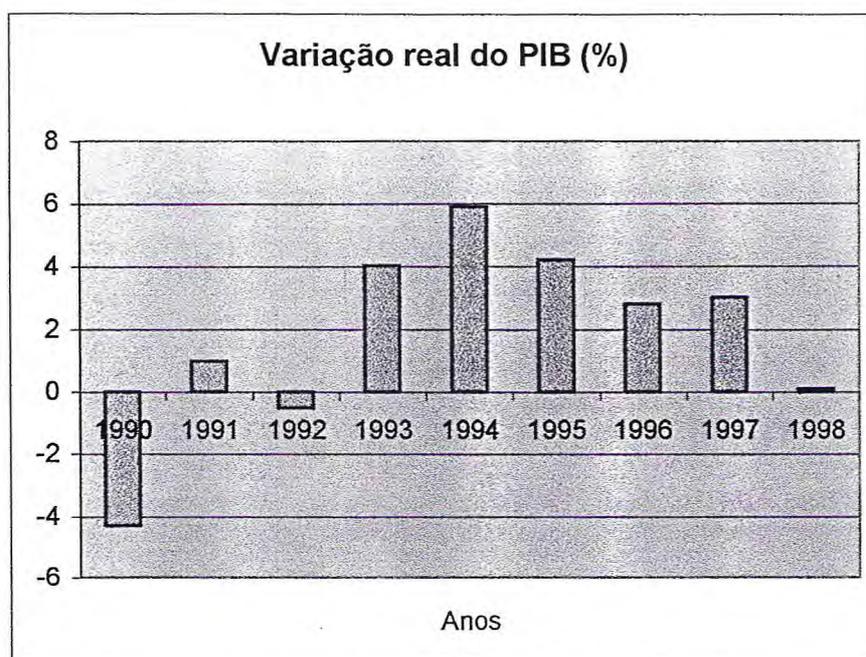
Dessa forma, este foi um plano que tinha em vista, exclusivamente, a estabilização da economia e, para tanto, apoiou-se em grande medida no financiamento externo. A prova disso está nas recentes crises dos países do Leste Asiático (1997) e da Rússia (1998) que, ao abalarem a confiança dos investidores no Brasil, fizeram com que houvesse um ataque especulativo contra a moeda deste país o que veio a provocar uma elevada fuga de capitais, obrigando o governo a elevar os juros e a promover uma maxidesvalorização do Real, levando à uma forte desaceleração da economia. Isto pode ser observado na tabela 3.4 e no gráfico 3.1, que exibem a queda na taxa de crescimento do PIB.

TABELA 3.4
Taxa de crescimento do PIB (em %)
1990 à 1998

Ano	Varição real do PIB (%)
1990	-4,3
1991	1
1992	-0,51
1993	4,01
1994	5,9
1995	4,2
1996	2,79
1997	3
1998	0,1

Fonte: IBGE, 1998.

GRÁFICO 3.1



Fonte: IBGE

“O que evitou que o ataque especulativo tivesse êxito, no caso brasileiro, foi o elevado volume de reservas cambiais então existente (mais de US\$ 60 bilhões). Ao injetar grande quantidade de dólares no mercado para satisfazer a demanda e dobrar a taxa de juros, o Bacen sinalizou que estava disposto a tudo para defender o Plano Real e impôs um custo de retenção de moeda muito alto aos especuladores. Mas, em contrapartida, transferiu a crise externa para dentro da economia, com efeitos nada desprezíveis sobre o crescimento e o emprego” (PEREIRA, 1998, p.62).

A economia Brasileira desde então passou a sofrer constantes ataques especulativos, perda de reservas cambiais, retração da economia, desemprego e abalo da credibilidade internacional. Atualmente o país, ainda abalado, procura revigorar sua economia, caracterizada por uma relativa estabilidade, porém por elevadas taxas de desemprego, baixas taxas de crescimento industrial e, finalmente, por reduzidas taxas de crescimento econômico.

Para que se possa, pelo menos a curto prazo, favorecer o crescimento da economia torna-se necessário um conjunto de medidas visando tanto o fomento da atividade industrial como uma inserção mais competitiva da economia brasileira no comércio exterior – com maiores incentivos às exportações e controle das importações, com vistas a promover superávits

comerciais, constituindo hoje, um fator dos mais importantes para lograr-se um crescimento econômico sustentável.

3.3 BRASIL X CORÉIA DO SUL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Toda a apreciação realizada até o momento teve como objetivo identificar as características intrínsecas acerca do progresso industrial e do processo de crescimento econômico brasileiro e sul-coreano. A nossa finalidade, nesta etapa final do trabalho, é estabelecer uma análise comparativa destas duas economias, evidenciando quais foram seus pontos de inflexão como também o que as levou a seguirem rumos tão diferenciados no que se refere aos seus processos de crescimento econômico.

3.3.1. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

O Brasil e a Coréia do Sul escolheram políticas semelhantes, de industrialização substitutiva de importações, mas obedecendo à estratégias diferentes para promovê-las, o que, em conseqüência, traduziu-se em trajetórias distintas nos respectivos processos de crescimento econômico. Desta forma, Coréia do Sul, ao optar pela industrialização substitutiva de importações, orientou a produção de seu parque industrial com vistas às exportações e, com isso, conseguiu equacionar, em grande medida, a elevação das importações de bens de capital, tendo em vista a entrada das divisas necessárias para financiar as importações, importantes para promover a industrialização.

Dessa forma, centrou inicialmente sua produção na fabricação de produtos intensivos em força de trabalho, utilizando-se da abundante e barata mão-de-obra existente no país como fator estratégico (reduzidor de custos), ao passo que buscou elevar suas exportações, tendo em vista a insuficiência de seu mercado interno, o que veio a fazer com que o país auferisse economias de escala.

Além disso, a Coréia do Sul incentivou a formação de grandes conglomerados idiossincráticos (Chaebols), visando originar nos mesmos núcleos de absorção e geração de tecnologia que viesse a exercer efeitos de encadeamento no interior da economia, favorecendo uma maior dinamização da mesma e direcionando-a rumo a setores intensivos em capital, com o intuito de especializar o país em ramos intensivos em tecnologia (como, por exemplo, as indústrias automobilísticas, eletroeletrônica, naval, química, etc.).

Finalmente, é importante salientar o elevado protecionismo conferido às indústrias domésticas, protecionismo este que não se traduziu somente no controle às importações mas, também, em barreiras à entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED's). Desse modo permitiu-se que os ramos mais dinâmicos da economia ficassem sob o controle do capital privado nacional, incentivando seu crescimento e a busca do "saber tecnológico", ou seja, da auto-suficiência na geração endógena de tecnologia.

O Brasil, assim como a Coréia do Sul, buscou industrializar-se também através da substituição de importações mas, no entanto, não orientou sua produção com vistas à exportação. Sua estratégia foi orientada basicamente para o mercado interno, de forma que não procurou auferir economias de escala, o que por sua vez permitiria elevar o montante de suas exportações e financiar as importações necessárias ao crescimento e modernização de seu parque industrial.

A estratégia adotada pelo país incluiu também uma "tríplice aliança", formada pelo Estado, capital privado nacional e internacional. Ao Estado foram destinadas as indústrias de base (siderurgia e telecomunicações, por exemplo), ao passo que para o capital privado nacional foram destinadas as indústrias tradicionais, pouco intensivas em tecnologia e abundantes em mão-de-obra (têxtil e mobiliário, por exemplo). Ao capital privado internacional coube as indústrias modernas, intensivas em capital e tecnologia (química fina e automobilística, por exemplo).

Com relação ao protecionismo adotado pelo Estado, pode-se dizer que o mesmo atuou ativamente durante a maior parte do período, visando proteger os produtos nacionais da concorrência devastadora dos similares estrangeiros (de melhor qualidade e preço). No entanto, o protecionismo adotado pelo governo baseou-se apenas na concessão de subsídios e incentivos e no controle da entrada de importações, não observando-se, como visto na Coréia, barreiras ao ingresso de investimentos estrangeiros diretos.

Portanto, reservou à iniciativa privada nacional ramos industriais menos dinâmicos e, com isso, conseguiu prejudicar o surgimento de um processo que visasse um maior grau de transferência tecnológica, permitindo ao país alcançar uma maior autonomia em termos de crescimento, reduzindo a dependência de importação tecnológica.

Atualmente, este modelo (substituição de importações com ênfase no mercado interno) encontra-se desgastado pela modernização tecnológica dos países centrais e pelo processo de globalização, isto é, pela abertura dos mercados. A escolha desta alternativa fez com que o Brasil (e também todos os países latino-americanos que vieram à adotá-lo) entrasse em crise, cuja

saída, numa imposição mesmo da conjuntura internacional fundada no neoliberalismo, foi a abertura comercial e a privatização das empresas estatais.

Como resultado, intensificou-se a desnacionalização da economia, caracterizada pela presença significativa de multinacionais no país, pela “transferência” do centro de decisão para os países centrais e pela insuportável remessa de recursos (lucros, pagamentos de juros, etc.) para o exterior, deteriorando assim nosso balanço de pagamentos.

3.3.2. A PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos tiveram um papel crucial na performance apresentada por ambos os países, porém a entrada de capital externo seguiu rumos muito distintos. No caso sul-coreano, predominaram recursos oriundos principalmente dos Estados Unidos e do Japão. Esses investimentos estrangeiros, como citado a pouco, foram direcionados pelo Estado de forma a não prejudicar o desenvolvimento industrial local e, assim, manter a indústria nacional sob controle do capital privado nacional.

TABELA 3.5
Financiamentos externos no período de 1991 a 1995 (%)

	Empréstimos	Investimentos em portfólio	Ações	Investimentos diretos
Coréia do Sul	68	28	10	-6
Brasil	20	49	9	22

Fonte: Crucead apud Salama, p.07.

A tabela acima traduz o exposto, de forma que podemos constatar que, embora em um período de intenso processo de internacionalização dos mercados (década de 90), a Coréia do Sul manteve-se fechada a IED's, tanto é que esta categoria de inserção não obteve nenhuma participação na primeira metade dos anos 90 (ao contrário, verifica-se uma saída dos mesmos), o que prova que a economia sul-coreana ainda estava fechada a este tipo de financiamento. Porém, a mesma utilizou-se em grande medida de empréstimos externos, chegando a atingir 68% de todo o montante de financiamento demandado no período.

No Brasil, observa-se principalmente a presença de recursos norte americanos e europeus. Vale ressaltar a forte presença de empréstimos oriundos de países integrantes da

OPEP²⁸, durante a década de 70. Tais países buscaram novos mercados para aplicar seus recursos – devido aos imensos excedentes oriundos do aumento dos preços do petróleo – e tiveram nos países em desenvolvimento o mercado ideal para a reciclagem de seus petrodólares, tendo em vista que a grande liquidez internacional reduzia os demandantes de crédito. (LACERDA, 2000, p.123).

Ao contrário da Coréia do Sul, este país permitiu uma forte entrada de IED's, tendo seu parque industrial invadido por multinacionais (FORD e Chrysler na indústria automobilística, por exemplo). No entanto, também baseou-se em grande medida em empréstimos externos, de modo que durante os cinco primeiros anos da década de 90 estes continuaram, juntamente com os investimentos em portfólio, a liderar o "ranking" na demanda por recursos externos.

Portanto, pode-se afirmar que na Coréia do Sul "a centralização financeira e decisória dos investimentos se deu integralmente no bojo do Estado, com este controlando o grosso dos fundos de investimento de origem interna e externa através do sistema bancário local estatizado" (CANUTO, 1993, p.183). Porém, no Brasil isto se processou de maneira distinta, com o capital externo tendo um certo grau de autonomia em sua atuação e o Estado exercendo um papel passivo no direcionamento destes investimentos.

3.3.3. A ATUAÇÃO DO GOVERNO

A participação governamental foi fundamental para a economia dos dois países, tanto em relação à consolidação de seus parques industriais como também no que refere aos seus respectivos processos de crescimento econômico. No entanto, podemos afirmar que a performance desempenhada pelo governo sul-coreano foi melhor articulada que a do governo brasileiro devido a vários motivos.

Em primeiro lugar, na Coréia do Sul o Estado exerceu um papel essencial, seja através da captação dos recursos necessários para financiar seu processo de industrialização, seja através da centralização destes na esfera pública. Além disso, atuou ativamente no fomento à atividade industrial nacional, impondo barreiras a entrada de IED's, controlando o volume de importações e incentivando em grande medida a atividade exportadora.

28. Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

Por outro lado, incentivou a formação de grandes conglomerados industriais, todos sob o controle do capital privado nacional, canalizando investimentos com vistas a seu crescimento e consolidação e os direcionando rumo a atividades intensivas em tecnologia. Também favoreceu uma relativa endogeneização do progresso técnico devido ao monitoramento exercido durante as aquisições de tecnologia, tendo em vista que sua participação foi fundamental no sentido de possibilitar que os acordos realizados viessem a viabilizar um gradativo processo de transferência tecnológica.

Finalmente, além de realizar uma grande gama de investimentos e incentivos em atividades de P&D – fator chave para conferir sustentabilidade à indústria e ao processo de crescimento econômico do país – estimulou a qualificação em massa da população sul-coreana, com pesados investimentos na área educacional, de modo a fazer surgir um contingente de mão-de-obra qualificada que viesse a dar suporte à absorção de tecnologia de seus parceiros comerciais. Isso vem explicar a imensa elevação da produtividade da mão-de-obra sul-coreana ao longo do período em estudo.

No caso brasileiro, o governo também atuou como elemento ativo na captação dos recursos necessários a seu processo de industrialização, que foi dividido em três fases:

- Implantação da indústria de bens de consumo não-duráveis;
- Implantação da indústria de bens de consumo duráveis; e
- Implantação da indústria de bens de capital.

Com isso, o setor público logrou implantar no país um grande e moderno parque industrial mas, no entanto, não criou barreiras protecionistas ao ingresso de IED's, de modo que se observa, desde a primeira fase do processo de industrialização do país, uma forte presença de empresas multinacionais, que se instalaram nos mais diversos ramos da atividade industrial.

Não se observa, no decorrer de todo o período, a presença de políticas consistentes de incentivo a P&D, de forma que todo o processo de industrialização do país foi condicionado a importação de tecnologia dos países centrais, sem que se vislumbrasse, pelo menos a curto prazo, um progressivo processo de aprendizado tecnológico, que possibilitasse uma auto-suficiência na geração de tecnologia.

A estratégia do governo também relegou à segundo plano a qualificação da população, de forma que não foram realizados investimentos substanciais em educação, que se fizessem repercutir na elevação da produtividade da força de trabalho. O governo não percebeu (ou não quis perceber) os efeitos positivos via encadeamento que a qualificação da população pode

proporcionar para o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população (BRUM, 1995).

“A educação tende a elevar os salários via aumento de produtividade, a aumentar a expectativa de vida, elevando a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com um declínio do número de filhos e um crescimento na qualidade de vida destes, reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro” (BARROS & MENDONÇA, 1998, p.605).

Portanto, a estratégia governamental conseguiu condicionar o crescimento do país por dois ângulos. Em primeiro lugar, por não ter favorecido uma maior autonomia no processo de geração endógena de tecnologia o Estado acabou por “subordinar” a modernização do parque industrial à importação de tecnologia que, por sua vez, era dependente, em grande medida, do financiamento externo.

Em segundo, por não ter promovido maiores investimentos em P&D – criando mecanismos que favorecessem uma progressiva transferência tecnológica – e por não ter estimulado a qualificação da população, o governo acabou por bloquear definitivamente qualquer perspectiva de geração endógena de tecnologia e, conseqüentemente, seu processo de crescimento econômico.

3.3.4. A PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O volume do comércio internacional igualmente se configurou como uma variável estratégica tanto para o progresso industrial brasileiro e sul-coreano, como também para seus respectivos processos de crescimento econômico. No entanto, é neste contexto que mais uma vez encontramos enormes divergências entre as políticas adotadas pelos dois países, no que tange à inserção na esfera das relações internacionais de comércio.

A Coréia do Sul buscou uma inserção estratégica junto aos mercados internacionais, ou seja, penetrou nas ondas da globalização somente até onde era de seu interesse fazê-lo. Já o Brasil – assim como os demais países da América Latina – abriu suas “portas” e reduziu barreiras com entusiasmo, prejudicando demasiadamente seu parque industrial o que, conseqüentemente, traduziu-se em limitação em termos de crescimento econômico (SINGH, 1997).

Portanto, como já salientado, a Coréia do Sul controlou a entrada de importações e proibiu o ingresso de IED's no país, ao mesmo tempo em que aproveitava-se tanto das vantagens

geradas pela ampliação de seu mercado devido a elevação de suas exportações, como usufruía dos benefícios do processo de abertura comercial, que no seu caso – assim como na maioria dos Tigres Asiáticos – configurou-se em um importante mecanismo de transferência tecnológica.

Dessa forma, ultrapassada a fase menos dinâmica de sua industrialização, o país baseou-se em industriais intensivas em tecnologia de ponta, o que possibilitou conquistar mercados e expandir suas atividades para outros países, tendo muitas de suas empresas se instalado inclusive no Brasil, é o caso das automobilísticas Hyundai e Daewoo e da eletroeletrônica Lucky-Goldstar (LG).

Assim, a interação estratégica observada no processo de “abertura” sul-coreana ao comércio internacional permitiu que este país auferisse elevadas taxas de crescimento econômico, bem como tivesse acesso à transferência tecnológica, o que possibilitou a geração endógena de tecnologia, fazendo com que o mesmo desse largos passos em direção ao crescimento econômico auto-sustentado.

O volume do comércio internacional também foi muito significativo para o Brasil mas, ao contrário da Coreia do Sul, o mesmo atuou passivamente no que se refere à obtenção das vantagens que poderiam ter sido proporcionadas com sua inserção. Deste modo, o país baseou sua estratégia, durante a maior parte do período, apenas na aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação de seu parque industrial.

As exportações passaram a ser incentivadas de forma mais decisiva somente em fins da década de 70, em uma conjuntura de retração da economia mundial, devido a segunda crise do petróleo. No entanto, seu volume permaneceu reduzido durante a maior parte dos anos 80, vindo a apresentar uma tendência ascendente somente a partir de 1984, ano em que se iniciaram as investidas em direção a abertura da economia brasileira. Porém, o Brasil decidiu abrir definitivamente suas portas em um momento de muita fragilidade de suas indústrias.

A falta de incentivo à P&D, somada à defasagem tecnológica (sucateamento) de seu parque industrial (tendo em vista que o país era um grande dependente da importação de tecnologia e que a mesma havia sido prejudicada durante os anos 80, devido a escassez de financiamentos) e a fraca qualificação de sua população (que implicava em uma baixa produtividade da força de trabalho), induziu à perda de competitividade da indústria nacional, que se viu prejudicada tanto com a redução de suas exportações como pela avalanche de produtos importados que invadiram o país.

Assim sendo, a ausência de uma política que visasse à endogeneização do progresso técnico, aliada à baixa produtividade da mão-de-obra e à insuficiência de planejamento no que diz respeito à inserção da economia no comércio internacional, levou a um imenso enfraquecimento da economia do país e contribuiu para interromper o processo de crescimento que o mesmo vinha apresentando (1960-1980).

Por sua vez, a década de 90 caracteriza-se por um novo paradigma de desenvolvimento, já analisado anteriormente, que dá sinais da retomada de um processo de crescimento econômico sustentável. Todavia, o Brasil continua apresentando pontos de estrangulamento (como, por exemplo, a reestruturação industrial com precarização do emprego, aumento da informalidade, dependência de importações, etc.) que constituem obstáculos significativos a esse propósito.

CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo desse trabalho permite concluir que o principal motivo do hiato de crescimento existente entre Brasil e Coréia do Sul é a ausência de uma política que vise a endogeneização do progresso técnico e que tenha como alicerce tanto a conquista de mercados externos, como também maiores incentivos a P&D e, principalmente, o estímulo ao surgimento de um parque industrial formado, em sua grande maioria, por indústrias nacionais.

Além disso, a relativa distância existente entre estes dois países deriva da carência de medidas que promovam uma maior acumulação de capital humano, ou seja, um maior nível educacional, necessário tanto para elevar a produtividade da mão-de-obra, como também para qualificá-la e, dessa forma, dar suporte à internalização do progresso tecnológico.

Vale ressaltar que a metodologia utilizada, no que diz respeito ao cálculo das regressões, apresentou algumas limitações. Isto deu-se pelo fato de ter-se realizado o cálculo das mesmas sempre com base na década como um todo, não analisando-as segundo seus ciclos econômicos, o que pode ter comprometido os resultados em termos de determinação sobre o crescimento econômico das variáveis selecionadas.

Mesmo frente a estas limitações, o caminho seguido pela Coréia do Sul baseou-se em uma industrialização substitutiva de importações, tendo como plataforma de crescimento o mercado externo, ou seja, a elevação de suas exportações. Paralelamente, o governo atuou ativamente na formação de grandes conglomerados industriais (Chaebols), estimulando seu crescimento e praticando medidas protecionistas, com o intuito de controlar a entrada de importações e impedir o ingresso de investimentos estrangeiros diretos (IED's).

Sua intenção era manter a indústria sul-coreana sob o controle do capital privado nacional e, assim, partindo inicialmente de um processo de transferência tecnologia, endogeneizar o progresso técnico. Para tanto, o governo criou mecanismos que favorecessem essas transferências, incentivou a P&D e, finalmente, promoveu uma qualificação em massa de sua população.

Desse modo, a Coréia do Sul apresentou um processo de crescimento econômico ininterrupto durante o período de 1960 a 1996, processo esse que foi interrompido em 1997, devido à Crise Asiática. Atualmente, embora ainda se recuperando dos impactos da crise, a Coréia do Sul já sinaliza a retomada de seu processo de crescimento econômico, alicerçada em

baixos índices de analfabetismo, em baixas taxas de desemprego e, principalmente, no relativo êxito obtido no processo de aprendizagem tecnológica.

O Brasil, do mesmo modo, perseguiu a industrialização pela via da substituição de importações mas, no entanto, orientou sua produção para o mercado interno. Essa estratégia baseou-se em uma aliança entre Estado, capital privado nacional e internacional, cabendo a este último os ramos mais modernos e dinâmicos da indústria. Ao Estado foram destinadas as chamadas indústrias de base (telecomunicações, por exemplo), ao passo que ao setor privado nacional couberam os ramos mais tradicionais da indústria (têxtil, por exemplo), pouco intensivos em tecnologia, porém muito intensivos em mão-de-obra.

A partir de então o Estado orientou sua atuação em direção à administração das indústrias de base (Estado-Empresário), além de passar a atuar como um agente ativo na captação dos recursos necessários a importação das máquinas e equipamentos para dar continuidade a seu processo de industrialização. O protecionismo observado assemelha-se ao sul-coreano somente com relação à entrada de importações, tendo em vista que o ingresso de IED's não só era permitido, como fazia parte da estratégia do governo.

Isso levou à uma intensa desnacionalização do parque industrial do país, de maneira que as multinacionais se faziam presentes não só nos ramos mais rentáveis e dinâmicos da economia, mas passaram a alojar-se também nos setores mais tradicionais (alimentos, higiene e limpeza, etc.). Esse processo agravou-se nos anos 90 devido a abertura da economia e ao processo de privatizações, que permitiram a inserção de multinacionais nos setores antes controlados pelo Estado.

Não houve uma preocupação em se incentivar mecanismos que favorecessem, pelo menos a longo prazo, a transferência de tecnologia e, conseqüentemente, a endogeneização do progresso técnico, de forma que a modernização do parque industrial ficou, quase que integralmente, condicionada à importação de tecnologia que, por sua vez, era dependente da obtenção de financiamentos externos. Do mesmo modo, não se observa a presença de uma política de apoio a P&D e de incentivo à qualificação da população, com vistas a reduzir os elevados índices de analfabetismo que assolam o país e, conseqüentemente, elevar a produtividade do trabalho.

Isto fez com que o país entrasse em uma crise sem precedentes na década de 80, e com que houvesse uma brusca redução em seu ritmo de crescimento que, até então, assemelhava-se ao sul-coreano. O resultado desta crise foi o sucateamento de seu parque industrial que,

combinado ao precipitado processo de abertura comercial nos anos 90, promoveu a desestruturação da atividade industrial interna e a interrupção do processo de crescimento econômico.

Torna-se importante destacar que dentre as correntes ligadas ao desenvolvimento econômico brasileiro (quadro 2.1), a Cepalina, que tem como principais expoentes Raul Prebisch e Hans Singer, foi a que mais predominou durante a maior parte do período em estudo. Desse modo, a receita de um processo de industrialização por substituição de importações, aliado à captação de recursos externos (sobretudo na forma de IED's), à intensificação da participação do Estado e, finalmente, a diversificação dos investimentos, configurou-se na principal estratégia de crescimento econômico adotada pelo governo.

No entanto, deixou-se de lado dois pontos fundamentais daquela corrente. Em primeiro lugar, não se procurou realizar a reforma agrária no Brasil, como forma de elevar a oferta de alimentos e ampliar o mercado interno (além deste ser um importante mecanismo de redistribuição de renda e riqueza). Em segundo, não promoveu-se uma maior qualificação da mão-de-obra, conforme sugerido pelo modelo, o que acabou por prejudicar tanto à elevação da produtividade do trabalho como à assimilação de tecnologias modernas e, conseqüentemente, o crescimento do país.

Em suma, houve uma mudança estrutural na economia brasileira, onde o PIB passou a ser composto, em sua maioria, por produtos industriais, porém o país não conseguiu promover um processo de geração interna de tecnologia que lhe permita, pelo menos a curto prazo, auferir um contínuo processo de crescimento econômico.

Apresenta ainda características de subdesenvolvimento como, por exemplo, elevada concentração de renda (no Brasil os 10% mais ricos detêm 51,3% da riqueza, contra 27,6% na Coréia do Sul), taxas de mortalidade infantil muito elevadas (57 mortes por mil crianças nascidas, ao passo que na Coréia do Sul são 27 por 1000), altos índices de analfabetismo entre adultos (19%, contra 4% na Coréia do Sul), altas taxas de desemprego e um parque industrial composto, em sua grande maioria, por produtos de baixo valor agregado (BANCO MUNDIAL, 1994).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de P. et all. *A Ordem do Progresso*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.197-231;323-346.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1995, cap.3, p.41-61.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim Mensal*. Brasília: Departamento Econômico, vários números.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 1984.

_____. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Infra-estrutura para o desenvolvimento*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

BARROS, Ricardo P.de ; MENDONÇA, Rosane. *Investimentos em educação e desenvolvimento econômico*. Brasília: IPEA, 1998, v.2, cap.15, p.605-616.

BATISTA JÚNIOR, Paulo N. *A desnacionalização contínua*. Folha de São Paulo. São Paulo, 03 de set. de1998.

BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 15ª ed., Petrópolis: Vozes, 1995.

CAMDESSUS, Michel. *Coréia do Sul deve emergir mais forte*. O Estado de São Paulo. São Paulo 13 de jan. 1999.

CANUTO, Otaviano. *Aprendizado tecnológico na industrialização tardia*. Revista Economia e sociedade, n.2, p. 171-190, ago., 1993.

_____. *Crescimento da Coréia supera quase colapso da Daewoo e vai além da recuperação da crise*. Jornal o Estado de São Paulo. São Paulo, 30 de nov. de 1999.

FORTE, Marcos Antônio R. *Industrialização Retardatária e Desenvolvimento Tecnológico: Uma comparação entre as experiências do Brasil e da Coréia do Sul*. Fortaleza: Faculdade De Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1993. 85 p. (Monografia, bacharelado em Economia) .

FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *O Brasil Pós-Milagre*. 8ªed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*. Vários números.

JONES, Charles I. *Introdução à Teoria do Crescimento Econômico*. Tradução: Maria José Cylar Monteiro. São Paulo : Campus, 2000.

LACERDA, Antônio C. de et all. *Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000. p.109-230

PEREIRA, José M. *A crise das bolsas e o fim do milagre asiático*. Indicadores Econômicos FEE, n.4, p. 53-65, 1998.

REVISTA VEJA. Internacional : *O muro da Coréia*. ed.1635, p. 56-58, fev., 2000.

SENA, Augusto M. de. *Crescimento econômico*. Jornal O Povo. Fortaleza, 06 jun. 1999.

SICSÚ, Abraham B. *Política Científica e Tecnológica no Japão, Coréia do Sul e Israel*. CETEM – CNPq. Rio de Janeiro, 1989. cap.10, p.126-170.

SINGER, Paul. *A Crise do Milagre, interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SINGH, Ajit. *Acertando o passo com o Ocidente : Uma perspectiva sobre o desenvolvimento econômico asiático*. Campinas : Economia e Sociedade, 1997, n.8, p.1-50.

SOUZA, Nali de J. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo : Atlas, 1997, p.15-44;198-235; 375-393.

SUMMERS & HESTON. *Tabela PWT: versão 5.6*. Universidade da Pensilvânia: 1993. Disponível on-line em <http://pwt.econ.upenn.edu/download/download/html> . Arquivo capturado em 20 de julho de 2000.

TAVARES, M.C. ; FIORI, J. L.. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. cap.2, p.75-126.

TAVARES, Maria da C. et all. *Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*. 3ªed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997 p. 55-87;279-346.

THE WORLD BANK. *The World Bank and Korea*. Disponível on-line em <http://www.worldbank.org/html/extrd/offrep/eap/kr2/htm> . Arquivo capturado em 30 de abril de 2000.